The background is a detailed street map of Atibaia, Brazil. The map shows a grid of streets with various colored blocks representing different areas or buildings. The colors include shades of brown, yellow, green, and grey. The text is overlaid on the right side of the map.

**ENTRE RUAS E RITOS:
UMA ANÁLISE DA RUA JOSÉ LUCAS EM ATIBAIA**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN
Trabalho Final de Graduação

**“ENTRE RUAS E RITOS:
UMA ANÁLISE DA RUA JOSÉ LUCAS EM ATIBAIA.”**

Veridiana Ferreira Dutra de Oliveira
Orientadora: Beatriz Mugayar Kühl

SÃO PAULO, 2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo

Oliveira, Veridiana

Entre ruas e ritos: uma análise da rua José Lucas em Atibaia / Veridiana Oliveira; orientadora Beatriz Kühl. – São Paulo, 2025.
105 p. : il.

Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo.

1. ATIBAIA (SP) . 2. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO. 3. FESTAS. I. Kühl, Beatriz, orient. II. Título

Ficha catalográfica elaborada pelo(a) autor(a) usando formulário disponível em <https://fichacatalografica.fau.usp.br/>

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que fizeram de suas vidas a missão de me formar como pessoa e me prepararem para o mundo, possibilitando esta grande conquista, que hoje é de vocês. À minha irmã, por todo o amor e companheirismo. Ao meu avô, por todas histórias sobre o bonde, o futebol na várzea do Rio Pinheiros e tantas outras histórias sobre São Paulo, que construíram minha imaginação sobre outros tempos e, sem dúvida, contribuíram profundamente para este trabalho. À minha avó, pelas palavras aprendidas nas palavras-cruzadas, lições de casa e carinho incondicional.

Agradeço aos meus professores de Atibaia, que me deram a base necessária e me mostraram que a USP era um sonho possível. Em especial, Cláudia Martins, Celso Caneri e Débora Cristina.

À minha orientadora, professora Beatriz Kühl, por aceitar me orientar, por escutar todas as transformações deste percurso e por contribuir gentilmente com seus comentários. Agradeço também às professoras Flávia Brito do Nascimento e Manoela Rossinetti Rufinoni, por aceitarem o convite e me honrarem com sua presença e leitura deste trabalho.

Em especial, agradeço à professora Beatriz Bueno, por ter sido uma pessoa essencial na minha trajetória e por seu empenho diante os projetos de pesquisa e iniciação científica.

Aos amigos que fiz na FAUUSP, com quem compartilhei noites de projeto, festas, passeios e descobertas: vocês contribuíram para a formação da profissional que agora me torno. Mais do que isso, vocês foram lar em São Paulo – e em muitos outros lugares do mundo – algo que eu não poderia sequer sonhar quando sentei no Salão Caramelo.

Às minhas amigas Ana, Maitê e Yvone, por presenciarem tantas versões de mim e admirarem todas elas, estando nos fracassos e nas conquistas há tantos anos. É um privilégio compartilhar a vida com vocês.

A Luiz, por tornar os meus dias mais leves, por ser exemplo de determinação e por estar presente nesta fase tão importante da minha vida.

Por fim, agradeço a todas as pessoas de Atibaia com quem conversei ao longo da pesquisa, por contribuírem com empenho. Agradeço aos profissionais do Museu João Batista Conti, em especial Rita de Cássia Moura Ribeiro.

RESUMO

O presente Trabalho Final de Graduação propõe uma análise da Rua José Lucas, situada no centro histórico de Atibaia. A partir de uma abordagem histórica e urbanística, busca-se compreender como esse espaço — que desempenhou um papel central na fundação da cidade — configura-se como um território de interações entre arquitetura, práticas cotidianas e manifestações culturais. Considerando as edificações, os eventos e as festas que ocorrem no local, o estudo aborda questões patrimoniais, com base em registros encontrados em livros, jornais e redes sociais. Assim, investiga de que forma o espaço foi moldado ao longo do tempo, qual sua configuração atual e quais perspectivas se delineiam para sua valorização e continuidade.

Palavras-chave: patrimônio, Atibaia, manifestações culturais.

ABSTRACT

This work presents an analysis of Rua José Lucas, located in the historic center of Atibaia. Through a historical and urban approach, the study seeks to understand how this space — which played a central role in the city's foundation — has become a territory of interaction between architecture, daily life practices, and cultural manifestations. By examining buildings, events, and festivities that take place in the area, the research investigates how the space has been shaped over time and how its urban landscape reflects successive layers of transformation. By reflecting on both the past and present of Rua José Lucas, this study aims to highlight possible strategies for the appreciation and safeguarding of its material and immaterial heritage.

Keywords: heritage, Atibaia, cultural manifestations.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A RUA	14
2.1 Leitura histórica	14
2.2. Análise contemporânea	20
3. EDIFICAÇÕES	30
3.1 Reminiscências e demolições	30
3.2 O Conjunto Arquitetônico	48
4. PATRIMÔNIO IMATERIAL	62
4.1 Congadas	65
4.2 Levantamento dos mastros	74
4.3 Cavalhadas	76
4.4 Procissões	78
4.5 Carnaval	82
4.6 Bon Odori	86
5. SÍNTESE	88
6. PROPOSTAS	94
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
BIBLIOGRAFIA	98
LISTA DE FIGURAS	102

1. INTRODUÇÃO

A escolha da cidade de Atibaia, especificamente a Rua José Lucas, como tema do Trabalho Final de Graduação, resulta de uma confluência de motivações acadêmicas e pessoais desenvolvidas ao longo de anos.

Durante a graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo, para além das disciplinas obrigatórias, duas Iniciações Científicas marcaram a minha trajetória. Orientadas pela Prof^a Dra. Beatriz Bueno, ambas tiveram como foco a produção arquitetônica do escritório Ramos de Azevedo, Severo & Villares em cidades do interior paulista. Tais experiências proporcionaram um deslocamento do eixo tradicionalmente centrado nas metrópoles, abrindo espaço para uma reflexão mais atenta sobre os médios e pequenos centros urbanos bem como de suas dinâmicas, permanências e tensões frente às transformações contemporâneas.

Foi a partir desse deslocamento que surgiram questões que se tornaram centrais na construção do presente trabalho: como os pequenos e médios centros urbanos reagem às transformações sociais, tecnológicas, econômicas e urbanas? Que relações estabelecem com seu patrimônio edificado e imaterial? De que forma lidam com a memória urbana e com as manifestações culturais que lhe são próprias?

Nesse percurso investigativo, tornou-se inevitável o retorno à cidade onde nasci e cresci. Atibaia, localizada a 67 km da capital paulista, conserva um centro histórico marcado por construções e manifestações culturais que revelam diferentes camadas do processo de formação urbana. Essas expressões materiais e imateriais já seriam, por si só, suficientes para suscitar uma análise mais aprofundada. No entanto, o interesse se intensifica diante do recente processo de crescimento acelerado pelo qual a cidade vem passando. Discussões sobre a verticalização do tecido urbano, a preservação de áreas naturais e, especialmente, a proteção do patrimônio histórico e cultural têm ganhado destaque no debate urbano.

Em virtude das razões citadas, a Rua José Lucas se apresenta como um recorte para investigar o patrimônio urbano e as formas como a população se relaciona com ele, surgindo como uma oportunidade de registrar, analisar e refletir criticamente sobre as tensões entre permanência e transformação que atravessam a cidade neste momento específico de sua trajetória.



Figura 1: Mapa de Atibaia e municípios vizinhos, com destaque para o centro histórico. Base cartográfica fornecida pela Prefeitura de Atibaia. Elaboração própria, 2025.



Figura 2: Núcleo central. Croquis das estradas de rodagem. Fonte: Museu João Batista Conti.



Figura 3: Vista aérea da Rua José Lucas e seu entorno. Google Earth. Imagem de 2025.

2. A RUA

2.1 LEITURA HISTÓRICA

Descrever a Rua José Lucas, em Atibaia, é entrelaçar-se com a própria história da cidade. A Igreja Matriz, situada no início da rua, marca o ponto de fundação da cidade, com a capela erguida ao comando de Jerônimo de Camargo em meados da década de 1660 (BEDORI;TEIXEIRA, 2000, p.5). Dedicada a São João Batista, a capela teve sua primeira missa celebrada em 1665, data que foi posteriormente escolhida para marcar oficialmente a fundação da cidade.¹

Como importante eixo de conexão entre a Igreja Matriz de São João Batista e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, a Rua José Lucas – com seus 350 metros de extensão – foi palco de eventos históricos e protagonista de transformações urbanas promovidas por diferentes agentes da cidade. A iconografia disponível evidencia a importância da rua no contexto urbano. No quadro *Vista da Cidade* (Figura 4), pintado por Campos Ayres em 1828 e pertencente ao acervo do Museu Paulista, é possível observar, em primeiro plano, um ambiente rural e, ao fundo, o início da atual Rua José Lucas, com a Igreja Matriz e as construções que a circundam.

Décadas depois, outro registro visual reafirma o destaque espacial da rua no tecido urbano: na obra *Vista Panorâmica da Cidade*, pintada em 1911 pelo artista Benedito Calixto, as igrejas Matriz e do Rosário aparecem como os pontos construídos mais elevados da cidade, dominando a paisagem (Figura 5).



Figura 4: *Vista de Atibaia*, Campos Ayres, 1828. Fonte: Acervo do Museu Paulista.

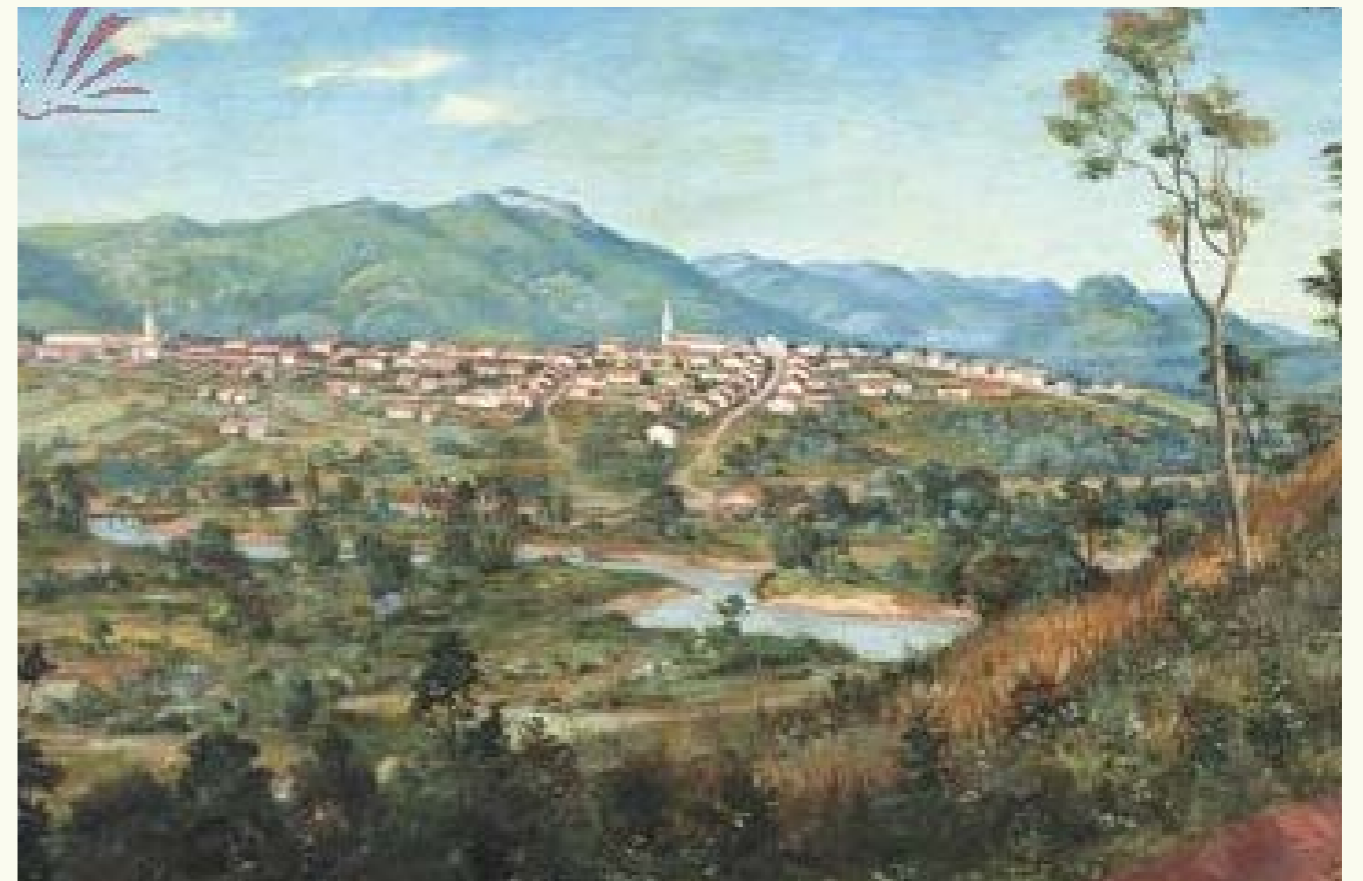


Figura 5: *Vista Panorâmica da Cidade*, 1911, Benedito Calixto. Fonte: Clube União Recreativo de Atibaia.

Em relação a representações cartográficas, o primeiro registro encontrado da cidade data de 1800. A planta revela a configuração típica de muitos núcleos urbanos brasileiros formados no período colonial (SANTOS, 2008, p.70), cuja organização girava em torno da Igreja Matriz, acompanhada pelo cemitério e pela cadeia, estabelecendo os principais elementos simbólicos e funcionais do centro.

Na referida planta, observa-se que a via está intitulada como Rua Direita, enquanto uma de suas transversais é registrada como Beco da Consolação. Segundo José Loriani (2002, p.103), a rua nasceu com o topônimo de Rua da Consolação, ficou popularmente conhecida como Rua de Cima e, posteriormente, passou a ser chamada de Rua Direita. Cabe pontuar que o topônimo “Rua Direita” era utilizado, no urbanismo de matriz portuguesa, para designar ruas que conectavam “diretamente pontos quentes da cidade medieval” (BUENO, 2018, p. 123), os quais, no caso de Atibaia, seriam as duas igrejas.

Loriani também relata que, na segunda metade do século XIX, o vereador Olympio da Paixão propôs a lei municipal que nomeou oficialmente ruas, largos, pátios e praças da cidade, além de numerar as edificações do perímetro urbano. Aprovada pela Câmara Municipal em 1884, essa legislação conferiu à antiga Rua Direita o nome de Rua José Lucas, em homenagem ao vereador José da Silveira Campos (1807-1870). Conhecido como José Lucas, ele foi responsável pela primeira reforma da Igreja Matriz, em 1858, e pela construção da cadeia pública, em 1836 (BEDORI;TEIXEIRA, 2000). Curiosamente, mesmo após a mudança oficial, registros orais indicam que, até meados da década de 1950, a população ainda se referia à via como Rua Direita (LORIANO, 2002, p. 103), o que demonstra a permanência das toponímias na memória coletiva.

A próxima planta localizada no Acervo do Museu João Batista Conti data de 1900 (Figura 7). Nela, percebe-se a atualização dos topônimos conforme estabelecido pela Lei de 1884, como é o caso da antiga “Rua de Baixo”, que passa a constar oficialmente como Rua José Alvim. Também já se registra a abertura da Rua 13 de Maio. A planta evidencia ainda uma expansão do tecido urbano em direção ao norte, enquanto, ao sul, a Rua 13 de Maio aparece como limite, provavelmente pelas características naturais, já que, a partir desse ponto, inicia-se uma área com acentuada declividade. Ainda nesse documento, é possível identificar o deslocamento do cemitério, que, embora transferido de sua posição original junto à Igreja do Rosário – como se verificava na planta de 1800 –, permanece na mesma rua, configuração que perdura até os dias atuais.

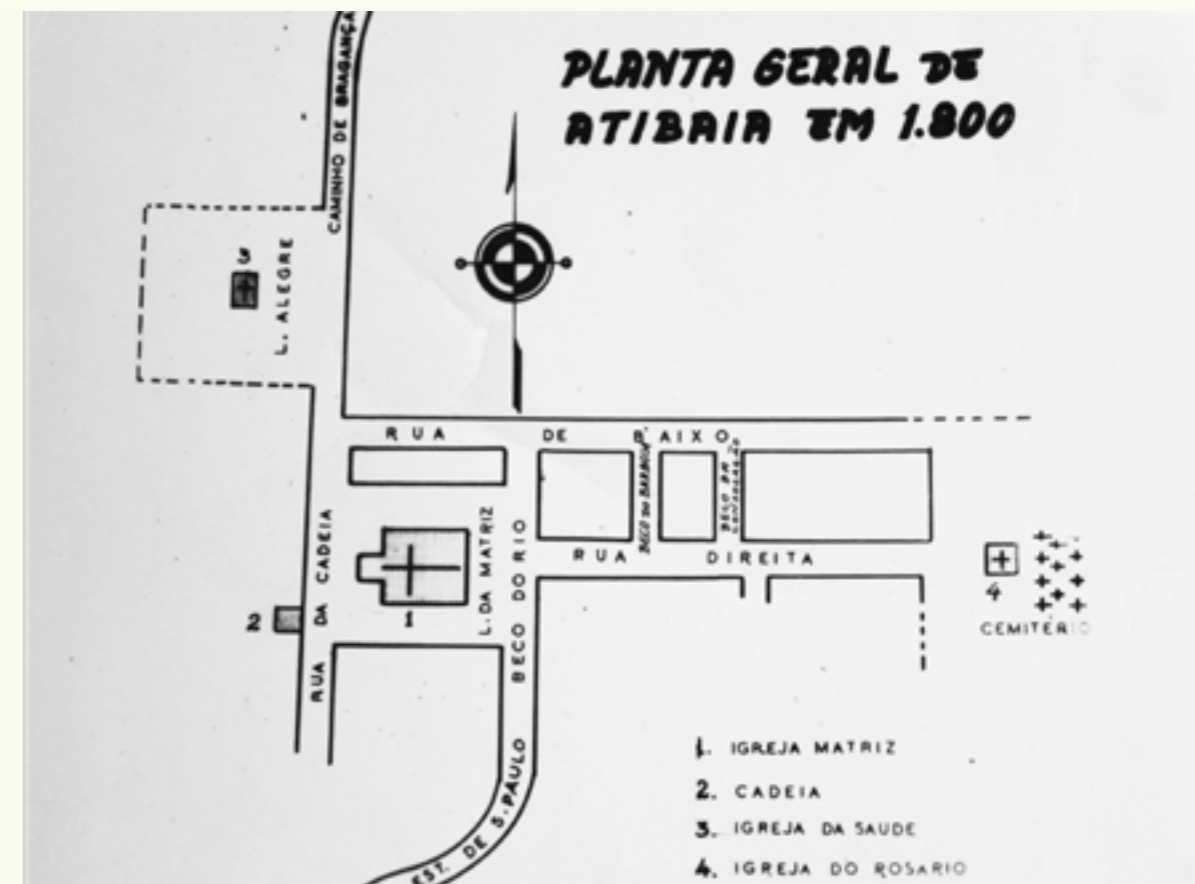


Figura 6: Planta Geral de Atibaia em 1800. Fonte: Museu João Batista Conti.

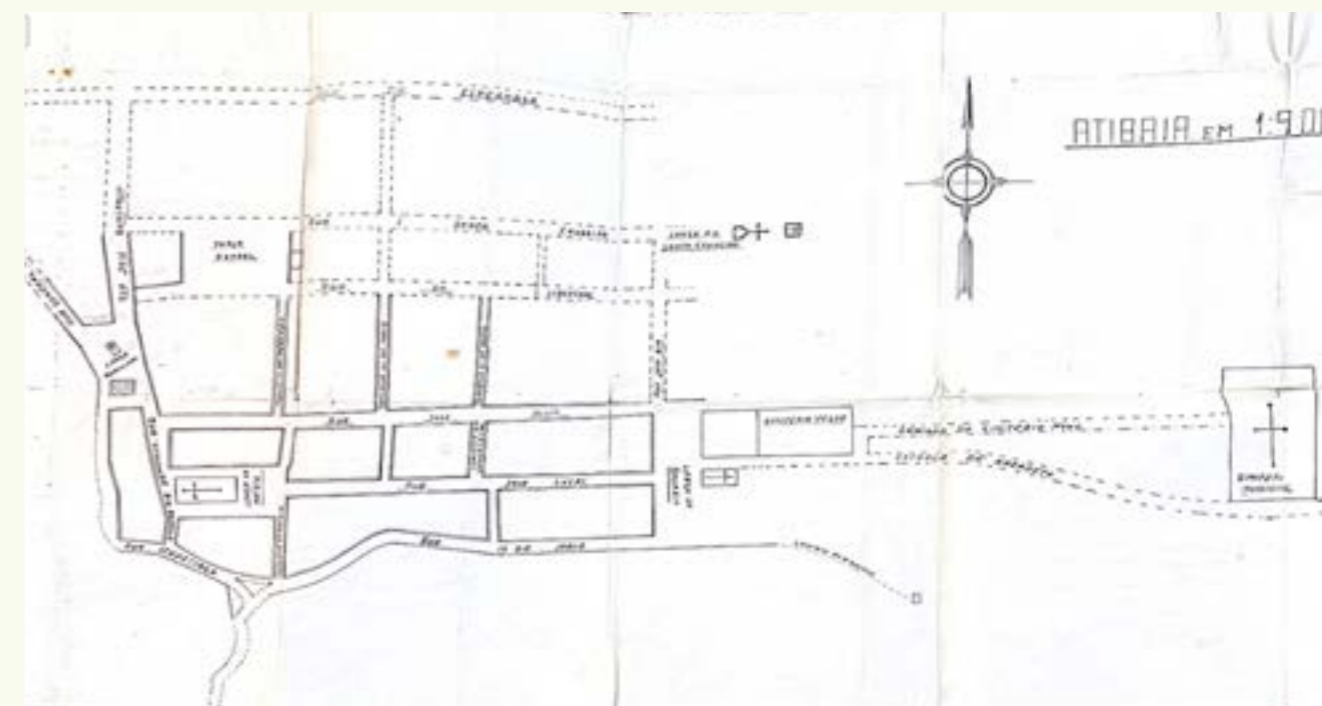


Figura 7: Atibaia em 1900. Fonte: Museu João Batista Conti.

A planta de 1936 explicita a continuidade da expansão urbana em direção ao norte. Nesta, o limite é marcado pela linha férrea São Paulo–Bragança, que, por sua vez, se encerrava antes da várzea do rio Atibaia. Atualmente, verifica-se que a antiga linha ferroviária transformou-se em uma avenida estruturante para os deslocamentos na cidade, a Avenida Jerônimo de Camargo. Entretanto, na antiga várzea do rio, há bairros residenciais consolidados que, de forma recorrente, sofrem com enchentes.

Já no mapa de Atibaia de 1945, pertencente ao acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, percebe-se de modo mais notório as transformações condizentes com as novas tecnologias e demandas da segunda metade do século XX. Em primeiro lugar, é possível perceber que as duas igrejas da Rua José Lucas já não possuem o destaque da planta de 1800, sendo substituídas, em termos de protagonismo visual e simbólico no mapa, por dois edifícios fabris – Fábrica de Tecidos São João e a Fábrica de Fiação São João, identificadas por hachuras que se destacam na composição gráfica, revelando o período de industrialização. Inauguradas em 1909, foram adquiridas pela Companhia Têxtil Brasileira e funcionaram até 1950 (LOPES, 2008, p.16).

No que diz respeito às permanências, há uma continuidade do traçado colonial ortogonal, centrado na Praça da Matriz e na antiga Rua Direita (atual Rua José Lucas), preservando os eixos estabelecidos ainda no século XVIII. O perímetro urbano, representado por uma linha traço-ponto, corresponde quase integralmente ao tecido identificado na planta de 1900, com a exceção de que, na leitura de 1945, a Igreja do Rosário está fora dos limites urbanos. Essa igreja, as fábricas, a Santa Casa e a estação ferroviária, situam-se em áreas consideradas suburbanas.



Figura 8: Planta da cidade de Atibaia. 1936. Fonte: Museu João Batista Conti.



Figura 9: Mapa da cidade em 1945. Fonte: Museu João Batista Conti.

2.2 ANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Ao analisar a imagem aérea atual da cidade (Figura 10), fica evidente o adensamento de seu tecido, com a consolidação de áreas que, anteriormente, se encontravam na periferia do núcleo urbano. Nesse adensamento, a presença de dois grandes terrenos vazios se destacam, que correspondem ao local das antigas fábricas, demolidas no início do século XXI.

É nesse cenário urbano em constante transformação que se insere a rua José Lucas, suscitando reflexões acerca da preservação patrimonial e a valorização de seu entorno em contextos de mudanças aceleradas. Marcada por vestígios da formação da cidade e por manifestações culturais que evocam distintos períodos, a rua se configura como uma sobreposição de camadas históricas.



Figura 10: "Vista aérea do centro de Atibaia". Fonte: Google Earth. Vista aérea da Rua José Lucas, Atibaia/SP. Imagem de 2025.



Figura 11: Leito carroçável da rua ainda em terra batida. Fonte: Museu João Batista Conti.



Figura 12: Vista da Rua José Lucas, olhando para a Igreja do Rosário. Fonte: Autoria própria. 2024.



Figura 13: Periódico A Noite. 05 de agosto de 1938. Edição 09513.

Passando da leitura mais ampla da configuração urbana para um olhar mais aproximado, a primeira característica que se sobressai na Rua José Lucas, resquício do século XX, é o leito carroçável em paralelepípedo (Figura 12). Segundo José Loriano², o calçamento das ruas da cidade ocorreu em 1937, sendo a rua José Lucas a primeira a receber o serviço. Complementando essa informação, uma notícia publicada pelo jornal *A Noite*, em 1938, registra que o calçamento da praça da Igreja Matriz — denominada Claudino Alves — já havia sido concluído e que, na sequência, seriam iniciadas as obras na Rua José Lucas, seguidas pelas demais vias do centro.

Fotografias, encontradas no Museu João Batista Conti, registram a via ainda em terra batida (Figuras 11 e 14), com um estreito calçamento nas laterais. Na Figura 15, nota-se a rua em obras, evidenciando o início do calçamento. Já na Figura 16, o leito carroçável aparece finalizado. A mesma imagem revela, ainda, a realização das congadas, a presença de andaimes em uma edificação em reforma e, ao fundo, a Igreja da Matriz.

² LORIANO, José de Achieta. *Pelas ruas de Atibaia: história e crônicas 1665-2002*. Atibaia: Editora Degaspari, 2002.



Figura 14: Leito carroçável da rua ainda em terra batida. Fonte: Museu João Batista Conti.



Figura 15 Início do calçamento. Fonte: Museu João Batista Conti.



Figura 16 Leito carroçável em paralelepípedo, destaque para as congadas e para o andaime na reforma de uma edificação. Fonte: Museu João Batista Conti.

Ao analisar as fotografias apresentadas, um aspecto notável é a conformação do eixo visual que conecta as duas igrejas, bem como o alinhamento das edificações ao longo da rua. Uma das intervenções contemporâneas que buscou recuperar esse caráter foi a substituição de toda a fiação aérea por cabeamento subterrâneo, realizada durante uma obra de reurbanização finalizada em 2018, quando também foram instalados 26 postes destinados exclusivamente à iluminação pública. Durante a pesquisa iconográfica, no grupo do Facebook *Ruas de Atibaia*, localizou-se uma fotografia que constitui um registro do período em que a presença dos fios comprometia a percepção visual do conjunto (Figura 17).

A mesma fotografia evidencia outra intervenção relevante no espaço urbano: a remoção das vagas de estacionamento ao longo da rua. No mesmo grupo do Facebook, localizou-se uma imagem que o autor atribui aos anos 1980 (Figura 18), na qual também se observa a presença de veículos estacionados. A alteração contribuiu para tornar a rua mais agradável e segura para os pedestres.



Figura 17: Rua José Lucas, destaque para a fiação. Fonte: Grupo *Ruas de Atibaia*. Publicado em 16 de fevereiro de 2025.



Figura 18: Vagas de estacionamento na Rua José Lucas. Fonte: Grupo *Ruas de Atibaia*. Publicado em 02 de fevereiro de 2024

Outro aspecto urbanístico relevante refere-se ao uso do solo. Se, originalmente, a rua concentrava os principais 'pontos quentes' da cidade, essa característica se consolidou ao longo dos anos, especialmente até meados da década de 1950. Nesse período, a via abrigava o Hotel Municipal, a estação rodoviária, o mais importante banco da cidade – o Banco Mercantil –, além de estabelecimentos comerciais. Paralelamente, mantinha-se a função residencial, que, entretanto, vem sendo progressivamente substituída por usos comerciais (Figura 19).

Relacionado a esse novo uso, aprofundando a análise contemporânea, elaborou-se um mapa do uso do solo, exposto na página a seguir.



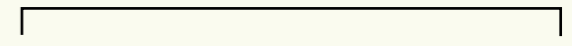
Figura 19: antigas casas que se tornaram estabelecimentos comerciais. Fonte: Autoria própria. 2025.



USO DO SOLO

- | | |
|--|--|
| ■ comércio | ■ cultural |
| ■ residencial | ■ religioso |
| ■ residencial tombado | ■ institucional CAPS |
| ■ misto | ■ institucional administração |
| | vazio ou estacionamento |

N ↑
100m



3. EDIFICAÇÕES

3.1 REMINISCÊNCIAS E DEMOLIÇÕES

Adentrando ao conjunto das edificações e ao patrimônio edificado, serão primeiramente abordados edifícios que se destacam, seja por seus elementos construtivos, seja pela disponibilidade de informações. Tão importante quanto, será analisado o conjunto arquitetônico, com ênfase nas relações que as diversas edificações estabelecem entre si.

Algumas edificações tiveram seu valor reconhecido e conseguiram resistir às transformações impostas pela dinâmica urbana. É o caso do sobrado Júlia Ferraz, construção que inicia este tópico dedicado às edificações históricas.

Conhecido popularmente como Casarão Júlia Ferraz, o sobrado localiza-se na esquina com a Praça da Matriz. De acordo com o CONDEPHAAT³, o primeiro documento da edificação data de 1834, quando a então residência térrea foi vendida a Francisco Lourenço Cintra. No site do sobrado, os proprietários afirmam que foi construído em meados de 1776.

Posteriormente transferida a Manoel Jorge Ferraz, a edificação original, executada em taipa de pilão, foi ampliada em 1845 com a adição de um segundo pavimento, construído com a técnica de frontal tecido duplo. Já em 1903, uma nova reforma deu nova configuração à fachada, pela substituição dos beirais por uma platibanda.

Na década de 1970, diante de uma iminente ameaça de demolição, a mobilização popular desempenhou papel decisivo para sua preservação. Como exemplo, destaca-se o folhetim “Memórias de um sobrado”, escrito por Maria de Lourdes Ferraz, que contribuiu significativamente para o reconhecimento do valor histórico da residência e, conseqüentemente, para seu tombamento⁴. O imóvel foi protegido pelo CONDEPHAAT em 1975, por meio do processo nº 19554/70 e resolução de 07 de fevereiro do mesmo ano. Desde então, o local passou a sediar eventos culturais. Além disso, preserva um acervo dos antigos moradores e da família.

³ Informações disponíveis em: CONDEPHAAT .Sobrado Júlia Ferraz.

⁴ Podcast Memórias de um Sobrado.



Figura 21: Sobrado Júlia Ferraz. Século XX. Fonte: Grupo “Ruas de Atibaia”. Publicado em 18 de maio de 2024.



Figura 22: Sobrado Júlia Ferraz, anos 2000. Fonte: Atibaia Mania. Acesso em abril de 2025.

Entre 2009 e 2022, o imóvel enfrentou um período crítico. De acordo com os proprietários, obras realizadas na praça da Igreja Matriz, em 2009, comprometeram sua estrutura, uma vez que materiais teriam sido apoiados diretamente nas paredes do casarão. Como consequência, o edifício foi fechado em 2011. A ASPAS (Associação dos Proprietários e Amigos do Solar Coronel Manoel Jorge Ferraz) conseguiu instalar um escoramento provisório, entretanto, em 2019, houve um pedido de desapropriação da Prefeitura, sob justificativa de preservação do sobrado.

Em resposta, a associação obteve recursos junto ao Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos, vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, o que viabilizou a elaboração e execução do projeto de restauração. As obras, iniciadas em 2020 e concluídas em 2022, incluíram a estabilização estrutural, o tratamento das superfícies externas, a pintura interna e a revisão do sistema de calhas. Conforme divulgado pelo jornal O Atibaiense, “o valor do recurso repassado foi de R\$ 402.205,58 e o projeto teve como contrapartida ações administrativas e culturais realizadas pela Associação dos Proprietários e Amigos do Solar Coronel Manoel Jorge Ferraz (ASPAS), no valor de R\$ 99.560,00.”



Figura 23: Sobrado Júlia Ferraz com escoramento. Fonte: Grupo Ruas de Atibaia. Publicado em 18 de maio de 2024.



Figura 24: Sobrado Júlia Ferraz. Autoria própria, 2025.

Em contrapartida, um edifício que não teve o mesmo destino do sobrado descrito acima foi o Hotel Municipal. Inaugurado em 1920, o hotel foi demolido durante a remodelação da Praça da Matriz, na década de 1970. No local, foi implantado, em 2018, o Centro Cultural André Carneiro. Mantido pela Prefeitura, o espaço abriga um acervo permanente e exposições temporárias, além de contar com um deck, cafeteria e mirante com vista para a Pedra Grande, ponto mais elevado da cidade.

O nome do centro presta homenagem a André Carneiro (1922–2014), artista multifacetado e figura importante da terceira geração do movimento modernista brasileiro. Em Atibaia, Carneiro foi responsável pela criação da Biblioteca Pública – posteriormente incorporada pela Prefeitura Municipal – e do Clube de Cinema, iniciativas que impulsionaram significativamente a cultura, conferindo à cidade “uma visibilidade jamais alcançada até aquele momento e nem posteriormente” (COSTA; ZAGO, 2023, p.19). Reconhecido como um dos primeiros fotógrafos artísticos do modernismo brasileiro, sua obra *Trilhos* integra os acervos da Tate Gallery e do MoMA.



Figura 25: Hotel Municipal, século XX. Fonte: Museu João Batista Conti.



Figura 26: Centro Cultural André Carneiro. Autoria própria, 2025.

Reforçando seu papel de protagonista na configuração urbana de Atibaia e funcionando como eixo de ligação com outras cidades, a Rua José Lucas abrigou a primeira estação rodoviária do município. Essa função estratégica confirma a continuidade de dinâmicas já identificadas na cartografia histórica – especialmente no mapa de 1800 –, que evidencia a saída da estrada para São Paulo a partir dessa via e o caminho para Bragança também conectado a ela (Figura 5). Observa-se um registro desse protagonismo na Figura 27, que mostra um ônibus com destino a Joanópolis.

Com o crescimento da cidade e a intensificação dos fluxos intermunicipais, surgiu a necessidade de um novo edifício, mais condizente com as novas demandas. A atual rodoviária localiza-se a algumas quadras do ponto original, onde hoje funciona um comércio de artesanato.

A comparação entre a fotografia histórica e a imagem atual evidencia modificações no edifício (Figura 28 e 29). As pequenas marquises sobre as janelas foram removidas, dando lugar a dois elementos ornamentais em forma de semicírculo. O térreo e o balcão foram pintados de vermelho, enquanto o pavimento superior recebeu um novo revestimento. O registro atual revela, ainda, que a residência localizada à esquerda da imagem não foi preservada, mas que a construção à direita permanece, apenas com modificações das águas dos telhados.



Figura 27: Ônibus de Joanópolis ao lado da rodoviária. Ao fundo, a Igreja da Matriz. Fonte: Grupos "Ruas de Atibaia". Publicado em 04 de maio de 2023.



Figura 28: A estação rodoviária. Fonte: Grupos "Ruas de Atibaia". Publicado em 18 de maio de 2023.

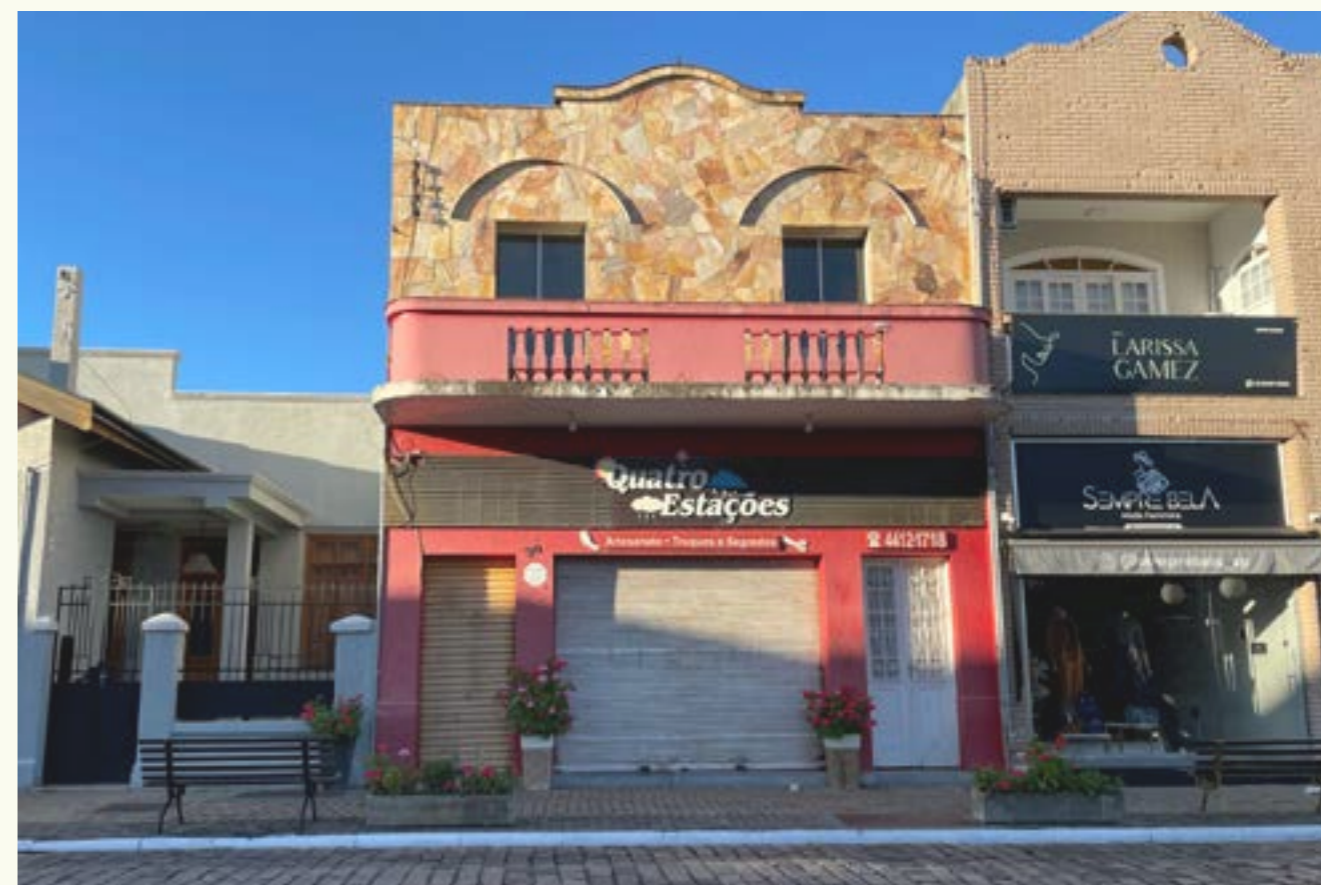


Figura 29: Comércio no local da antiga estação rodoviária. Fonte: Autoria própria. 2025.

Outro remanescente do século XX é o edifício que abrigou a agência do Banco Mercantil de São Paulo. Constatou-se, com uma pesquisa na Hemeroteca Digital, que a agência foi inaugurada em 1941, conforme a notícia do periódico *O Jornal (RJ)* de que “o Diretor Geral da Fazenda Nacional autorizou o funcionamento da agência do Banco Mercantil de São Paulo em Atibaia e outras cidades”. Sua instalação na Rua José Lucas reitera a centralidade e relevância urbana dessa via, escolhida para sediar uma função econômica de destaque.

Segundo relato de José Loriano⁵, o emprego no banco era considerado o mais prestigiado e disputado da cidade naquele período. Como mencionado, a consulta em fontes primárias — especialmente por meio da Hemeroteca Digital — possibilitou a identificação da data de inauguração da agência, contudo, não revelou com precisão a data de seu encerramento. Nesse sentido, a informação que oferece uma noção temporal mais concreta é um comentário presente na publicação no Facebook que veicula a Figura 32, no qual um ex-funcionário afirma ter trabalhado na agência entre os anos de 1976 e 1980, o que permite afirmar que a agência esteve em funcionamento no local por, no mínimo, quatro décadas.

Após o encerramento das atividades bancárias, o edifício passou a abrigar, por muitos anos, uma loja de tecidos. Atualmente, encontra-se desocupado e disponível para venda. Além disso, não há mais nenhuma instituição bancária na via em questão.

⁵ LORIANO, José de Anchieta. *Pelas ruas de Atibaia: história e crônicas 1665-2002*. Atibaia: Editora Degaspari, 2002.



Figura 31: No canto direito, construção anterior a sede do Banco Mercantil de São Paulo. Fonte: Museu João Batista Conti



Figura 32: O Banco Mercantil. Fonte: grupo “Ruas de Atibaia”. Publicado em 07 de março de 2023.



Figura 33: O prédio atualmente, disponível para venda. Fonte: autoria própria. 2025.

Ao lado do prédio do antigo Banco Mercantil, encontra-se um edifício em bom estado de conservação, atualmente ocupado por um escritório de advocacia. No livro “Inspeção Sanitária do Município de Atibaia Vol II”, de Flávio Pires de Camargo (1940), foi localizada uma imagem histórica desse prédio, quando abrigava a sede da Prefeitura de Atibaia, uso coerente com a localização de edifícios públicos no centro da cidade. Na fachada, é possível observar os mastros nos quais eram hasteadas as bandeiras, o que indica seu uso oficial. Catorze anos após o registro publicado na obra, a sede da Prefeitura foi transferida para um novo edifício, localizado na Avenida da Saudade, onde permanece até os dias atuais.

Cabe pontuar que, no mapa de 1945 (Figura 9), há uma menção à Prefeitura em um terreno situado atrás da Igreja Matriz. Contudo, não foram encontradas outras documentações que confirmem se a sede administrativa funcionou no local ou em que data isso ocorreu, confirmando-se apenas sua localização da Prefeitura na Rua José Lucas e na Avenida da Saudade.



Figura 34: Prefeitura Municipal. Inspeção Sanitária do Município de Atibaia – Volume II.



Figura 35: O prédio atualmente. Autoria própria, 2024.

Compondo o conjunto de serviços fundamentais para a vida urbana no século XX, havia, na rua, a agência dos Correios. No grupo do Facebook *Ruas de Atibaia*, foram compartilhadas, em diferentes ocasiões, imagens da antiga unidade localizada na Rua José Lucas.

A Figura 36, datada da década de 1930, mostra uma edificação térrea com a caixa de correios instalada na fachada. Porém, tanto nas visitas de campo quanto na análise das edificações e das fontes documentais, não foram encontrados vestígios que confirmem sua permanência. Ainda que algumas construções atuais guardem semelhanças formais, nenhuma delas se mostra coerente com o edifício da imagem.

A tentativa de identificação por meio do número “115”, visível na fachada da edificação, também revelou-se inconclusiva, tendo em vista que, na sequência atual da numeração da rua, há uma lacuna entre os números 111 e 123. Diante desse cenário, considera-se provável que a antiga agência tenha sido demolida ou tenha passado por um processo de descaracterização tão profundo que inviabiliza o reconhecimento visual da construção original.



Figura 36: Agência dos Correios, 1930. Grupo *Ruas de Atibaia*.

Sobre edifícios com semelhanças formais à antiga agência dos Correios, destaca-se uma casa que torna acessível a compreensão da história local para quem percorre a rua José Lucas. Atualmente abrigando um comércio, a construção recebe em sua fachada uma placa de metal com a seguinte inscrição:

Este imóvel foi construído em 1892 pelo Cel. Tomé da Silveira Franco, em estilo colonial. Sua frente voltada para o eixo norte-sul. Servia de residência oficial e utilizada nos finais de semana e período natalino. Foi restaurada em junho de 1997, pelos atuais proprietários. Nosso objetivo foi preservar o valor estético e histórico da edificação (INSCRIÇÃO EM PLACA, 2024).



Figura 37: Comércio no local de uma antiga casa. Autoria própria. 2025.

É interessante notar que, ao analisar fotografias históricas – inicialmente reunidas com o intuito de registrar as congadas, tema abordado adiante – foi possível identificar, na lateral direita da imagem, o imóvel da Figura 37. A localização dessa edificação na fotografia foi muito pertinente, pois permitiu reconhecer a quadra analisada e acompanhar as transformações ocorridas nas edificações vizinhas ao longo do tempo.

Ao lado do imóvel mencionado, vê-se outra residência, destacada em vermelho, atualmente desconfigurada e convertida em um imóvel de dois pavimentos (Figura 39).



Figura 38: Conjunto de edificações em destaque. Fonte: Museu João Batista Conti.

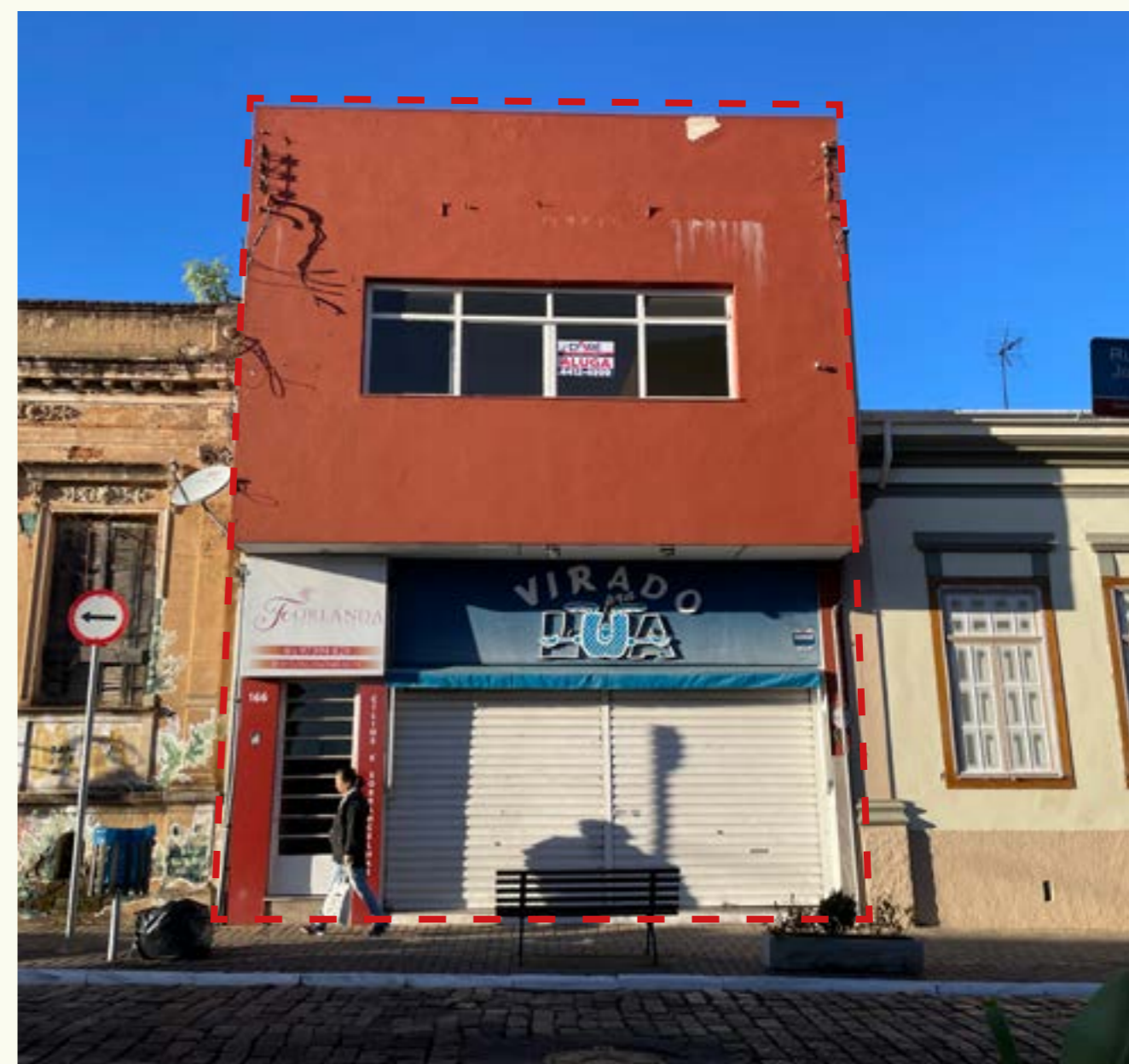


Figura 39: Comércio local. Autoria própria. 2025.

Em destaque azul, tem-se o ponto mais interessante dessa fotografia: um registro de uma casa em ruínas, ainda em uso à época. Atualmente, a construção conserva apenas a fachada, parte do terreno livre e três espessas paredes externas. O lote foi incorporado à edificação da esquina e, nos fundos, passou a ser utilizado como estacionamento. Esta imagem configura-se como o único registro localizado dessa construção. A pintura na fachada foi realizada pela Incubadora de Artistas, entidade independente que fomenta a arte na cidade desde 2012 e que, em 2024, transferiu sua sede para a rua José Lucas.

Já em relação ao edifício localizado na esquina, observa-se que o uso contínuo ao longo dos anos contribuiu para a preservação de sua estrutura. Atualmente está em bom estado e é ocupado por um pet shop. Por alguns anos, sua fachada apresentou as cores cinza e rosa, até que, em 2023, teve suas superfícies externas pintadas pela muralista e ilustradora Mille Bitten.



Figura 41: Fundo do lote da casa em ruínas. Autoria própria. 2025.



Figura 40: Fachada em ruínas. Autoria própria. 2025.



Figura 42: Pet shop. Autoria própria. 2025.

3. EDIFICAÇÕES

3.2 O CONJUNTO ARQUITETÔNICO

Com o objetivo de analisar em conjunto as fachadas identificadas e as demais edificações da rua, foi elaborado um levantamento fotográfico individual de cada construção, inclusive nos casos de terrenos vazios ou utilizados como estacionamento. Posteriormente, as imagens foram organizadas em sequência, compondo uma elevação fotográfica da Rua José Lucas. Devido à extensão da via e à baixa altura das edificações, foi necessário apresentar a montagem em formato ampliado, como se observa a seguir.



Igreja Matriz

Figura 43: Fachada ímpar



Igreja do Rosário

Igreja Matriz

Figura 44: Fachada par

Em relação aos fatores que se destacam na análise deste conjunto arquitetônico, as intervenções nas superfícies das edificações e a questão cromática ocupam um papel relevante. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a cor constitui um elemento essencial no campo da arquitetura, tendo em vista que:

as cores não proporcionam apenas aproximações perceptivas entre o homem e seus espaços habitáveis. A cor é elemento determinante para a produção urbana, cuja complexidade cria imagens e discursos que dialogam com determinada situação cultural. Conseqüentemente, estudar as cores das superfícies arquitetônicas é estudar tanto os processos formais compositivos da arquitetura quanto os processos estruturantes do meio urbano, na medida em que as cores são essenciais à orientação humana e à própria leitura da arquitetura (FLORENZANO, RIBEIRO, 2021, p.3).

Sob a perspectiva dos princípios teóricos do restauro crítico e das propostas de Cesare Brandi — cuja finalidade é garantir a transmissão dos monumentos ao futuro da melhor maneira possível, respeitando seus aspectos formais, materiais e documentais —, essa importância se aprofunda e se complexifica, surgindo como tema essencial na restauração de monumentos históricos. Para Brandi, “as intervenções cromáticas podem desequilibrar todo um complexo urbano”. Kühl destaca a cor como

tema da maior relevância, importante para se entender e valorizar a articulação dos elementos, das fachadas e dos espaços internos e fundamental na percepção que se tem da volumetria do edifício, sendo determinada segundo uma lógica compositiva que não pode ser tratada de modo aleatório (KÜHL, 2004, p.325).

Nesse sentido, é importante lembrar que a superfície de um edifício não constitui uma simples roupagem, mas sim sua “pele”, que trabalha como sistema de proteção do bem, mas que, sobretudo, revela-se como local-testemunho da passagem da história (KÜHL, 2004, p.328). Sendo assim, a cor não é um detalhe, mas fundamental tanto para a conservação do edifício quanto para seu entendimento e apreciação. Entretanto, em muitos casos percebe-se que a teoria do restauro e a parte prática se dissociam, especialmente em mudanças cromáticas realizadas sem o devido cuidado, como será exposto a seguir.

No caso do logradouro em questão, há edifícios pintados com cores vibrantes — como azul-escuro, roxo, tons de laranjas e até, verde neon — que se destacam abruptamente na paisagem (Figura 45).

É importante frisar que não se trata de propor ou defender a restituição das cores originais de cada edifício, uma vez que se reconhece que, à medida que a sociedade se transforma, transformam-se também as tecnologias, os

interesses e os próprios edifícios, que passam a refletir novos valores, estando a cor atrelada a essas mudanças. Todavia, é necessária uma postura crítica diante das intervenções no espaço, haja vista que o uso indiscriminado de cores vibrantes e altamente saturadas pode revelar-se incoerente com as características da edificação, gerando dissonâncias em relação ao bem cultural e à sua leitura, desviando-se, assim, do intuito da restauração (KÜHL, 2004, p. 326).

Diante disso, fica evidente que as escolhas cromáticas das edificações não devem responder exclusivamente a necessidades particulares imediatas, sejam elas de gosto pessoal ou de intenções comerciais. Percebe-se, desse modo, que cada edificação da rua José Lucas tem sido tratada como um elemento isolado, desvinculado do seu entorno, o que compromete a leitura do conjunto arquitetônico como um todo. Em fotografias históricas, é possível ver o destaque que a Igreja do Rosário possuía ao final da rua, contudo, com as cores vibrantes da Casa Paroquial, por exemplo, esse destaque se esvai, alterando a percepção da imagem urbana.



Figura 46: Fotografia histórica da Casa Paroquial. Fonte: Museu João Batista Conti.



Figura 45: Montagem com edificações. Fonte: Autoria própria. 2025.



Figura 47: Casa Paroquial com pintura atual. Fonte: Autoria própria. 2025.

Entre os aspectos que deveriam partir de uma análise histórico-crítica, destaca-se o uso de placas e banners. Inseridos de modo banalizado, com logomarcas comerciais, esses elementos comprometem a visualização das características construtivas e ornamentos das edificações, como exemplificado na Figura 48. Além disso, tal profusão de sinalizações comerciais compete diretamente com os elementos formais e compositivos das arquiteturas históricas, como o casarão e as igrejas, o que resulta em poluição visual e compromete o conjunto arquitetônico.

Ainda no que se refere aos aspectos que comprometem a leitura do conjunto histórico, a volumetria é um fator especialmente relevante. Na esquina do Largo da Praça do Rosário, há um edifício residencial com 12 pavimentos e aproximadamente 40 metros de altura, cuja presença interfere diretamente no eixo visual entre as duas igrejas. Tal volume não apenas se sobressai na paisagem, sendo perceptível desde a Praça da Matriz, como também projeta sombras significativas sobre a Igreja do Rosário.



Figura 48: Placas comerciais. Fonte: Autoria própria. 2025.

A comparação entre imagens históricas e a atual configuração espacial revela como essa edificação rompe com a escala predominante do conjunto. De acordo com o Código de Obras e Urbanismo vigente, a área da Rua José Lucas encontra-se classificada como ZEC-1 (Zona Especial Central), onde a altura máxima permitida para edificações é de 7,5 metros atualmente.



Figura 49: sombra feita pelo edifício de 12 pavimentos, na lateral direita, a Igreja do Rosário. Fonte: Google Earth. 2025.



Figura 50: Na esquina da lateral direita, edificação de um pavimento, no local do edifício de 12 pavimentos. Ao fundo, a Igreja da Matriz. Fonte: Museu João Batista Conti.



Figura 51: Na esquina da lateral direita, o edifício de 12 pavimentos. Ao fundo, a Igreja da Matriz. Fonte: Autoria própria. 2025.

Complementando a análise das edificações, elaborou-se um esquema volumétrico utilizando o software SketchUp. Sobre esse tópico, cabe mencionar que muitas localidades já dispõem de esquemas volumétricos com informações de satélite e dados atualizados. Entretanto, o arquivo referente ao centro de Atibaia não contemplava as edificações da rua José Lucas, possuindo apenas a volumetria da Igreja do Rosário e de outros edifícios do centro.

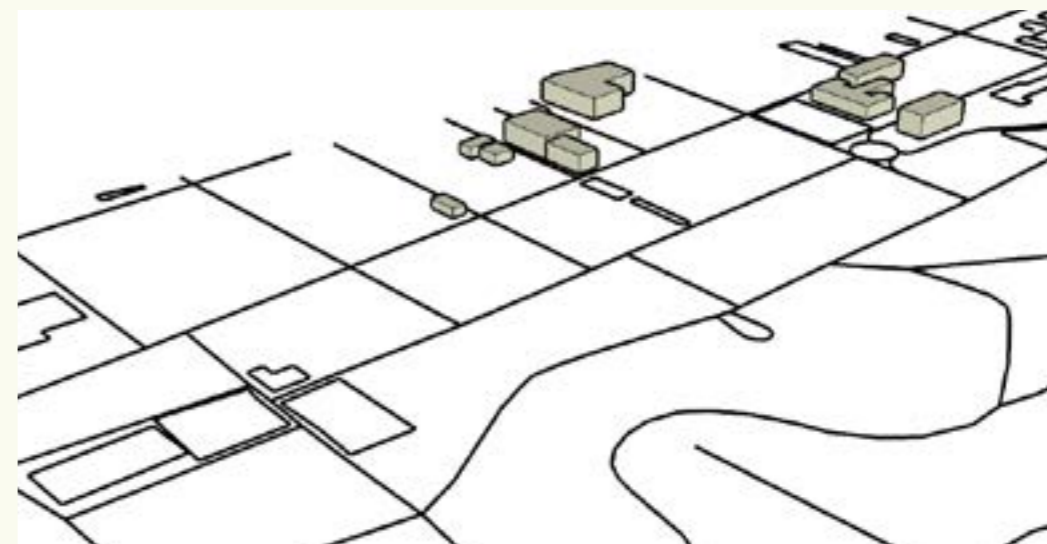


Figura 52: Volumetrias disponíveis no site CadMapper.

Assim, a partir do levantamento in loco, as edificações foram desenhadas e, com base com proporções, transpostas para o software. O esquema não visa entrar nos pormenores das edificações, mas sim, compreender as relações que as alturas e intervenções compõem. A partir da volumetria realizada, verifica-se a predominância de edifícios com dois a três pavimentos.

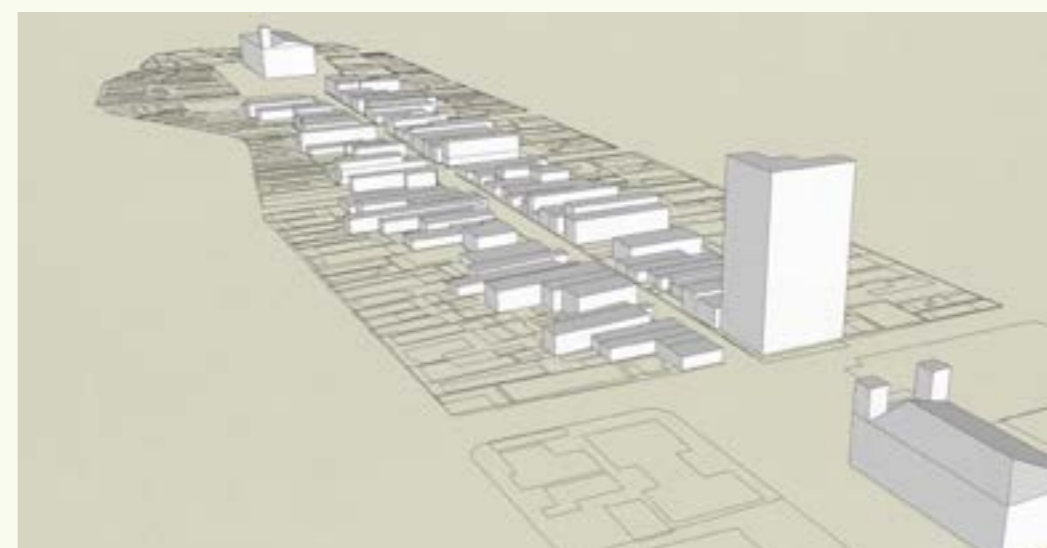


Figura 53: Volumetria realizada. Autoria própria.

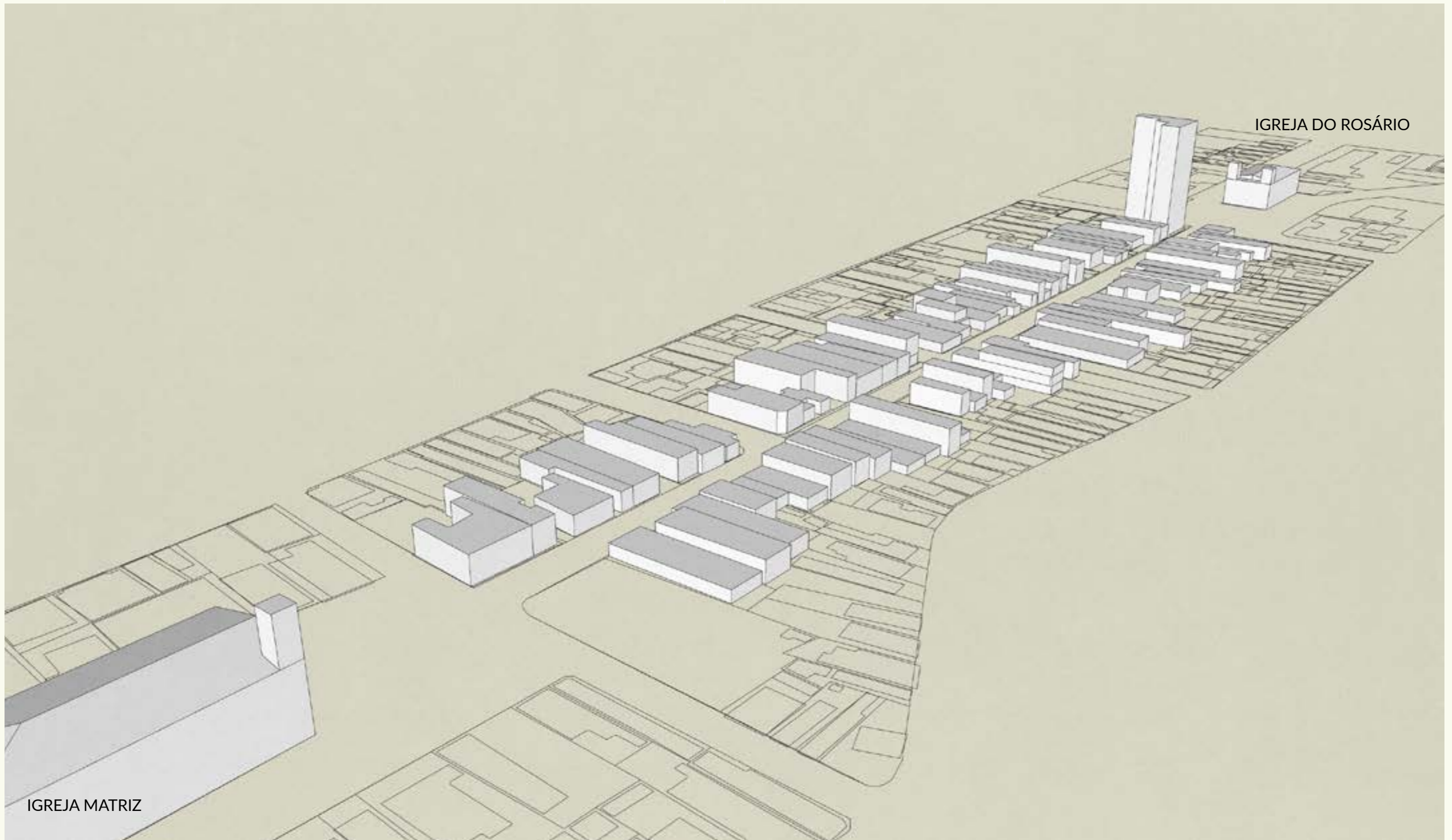


Figura 54: Volumetria dos edifícios. Autoria própria. 2025.

4. PATRIMÔNIO IMATERIAL

A volumetria acima apresentada, enquanto estrutura física, é insuficiente para compreender plenamente o espaço urbano estudado. É o uso social, a presença dos sujeitos e as manifestações culturais que a dotam de significado. Por tais razões, o presente tópico visa descrever algumas manifestações culturais, que resistiram ao tempo e que emergem como marcos patrimoniais.

Como já foi brevemente apontado pelas fotografias históricas, que indicaram a presença das congadas, este espaço, desde sua origem, abriga expressões da vida pública, da arte popular e da religiosidade. Muitas dessas práticas, por vezes ressignificadas, permanecem até hoje, o que justifica o interesse desta pesquisa em expor o patrimônio imaterial presente no local, bem como as diversas camadas interpretativas que o tema suscita. Cabe ressaltar que, embora apresentados em tópicos distintos, o patrimônio material e o imaterial estão intrinsecamente conectados, sendo separados apenas como estratégia metodológica, a fim de permitir o aprofundamento conceitual e analítico de cada um.

Abordadas na presente pesquisa, as festas populares, manifestações religiosas e expressões artísticas coletivas constituem componentes essenciais do patrimônio cultural imaterial, uma categoria que representa uma mudança relativamente recente na concepção de patrimônio. Em muitos momentos, tais práticas foram excluídas do discurso patrimonial, não merecedoras de reconhecimento pelos estudiosos e instituições. Para que fosse de fato reconhecido em 1988, o patrimônio imaterial percorreu um largo caminho no Brasil durante o século XX. Ainda que Mário de Andrade, já em 1936, relatasse que “o patrimônio cultural da nação compreendia muitos outros bens além de monumentos e obras de arte” (IPHAN, 2000, p.11), foi “somente a partir de meados da década de setenta os critérios adotados pelo IPHAN começaram a ser objeto de reavaliações sistemáticas, que levaram à proposta de uma nova perspectiva para a preservação de bens culturais” (IPHAN, 2000, p.11).

Com tentativas anteriores⁶ e avanços no tema durante os anos, foi na Constituição de 1988 que se reconheceu como bem cultural os bens imateriais.

⁶ Para uma análise aprofundada da história do patrimônio imaterial no Brasil, consultar “CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. Patrimônio imaterial no Brasil. Brasília: UNESCO; EDUCARTE, 2008.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (PORTAL IPHAN, Art.216, p.01).

Assim, “um novo olhar, sintonizado com o movimento internacional – que, há tempos, vinha destacando a importância de uma prática que fortaleça uma visão menos elitista de cultura –, ganha importância e passa a nortear as ações do Estado nesse campo.” (VIEIRA, 2016, p.15).

Um marco significativo nesse processo ocorreu em 2003 com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em 2006, que define como patrimônio imaterial

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.⁷

Diante desse cenário, torna-se relevante refletir sobre a própria definição do que se entende e valoriza como patrimônio, assim como aquilo que se exclui dessa categoria. O que se percebe é que o exercício dessa definição é capaz de construir narrativas, pois depende do olhar de quem o analisa. Reflexões como essa permeiam o campo do patrimônio desde 1970, quando o conceito de referência cultural se origina, definida “como o conjunto de objetos, práticas e lugares aos quais os grupos sociais atribuem sentidos ligados à sua identidade, ação e memória” (NITO; SCIFONI, 2017, p.40). Esse conceito ganha novas escalas em 2000, com os Inventários Nacionais de Referências Culturais na formulação da Política Nacional do Patrimônio Imaterial (NITO; SCIFONI, 2017, p.40).

Como avanços dessa política, emergem os Inventários Participativos, como uma nova metodologia de atuação. A ferramenta busca superar a perspectiva de análise externa e prescritiva, priorizando processos construídos coletivamente com a população, aspectos presentes na publicação do IPHAN

⁷ Site IPHAN. <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em 21 de maio de 2025.

“Educação Patrimonial: Inventários Participativos - Manual de Aplicação” (IPHAN, 2016, p.6).

Segundo Scifoni,

O inventário participativo deu uma guinada na orientação das práticas educativas, propondo que, em vez de conhecer o patrimônio acautelado pelo Estado, as práticas educativas se voltem, em primeiro lugar, para a produção de conhecimento sobre a cultura do próprio grupo social. Propôs, assim, superar aquela velha noção de alfabetização cultural, como se a cultura estivesse fora dos grupos e a memória e o patrimônio fossem exterioridades (SCIFONI, 2022, p.8).

Para os fins deste Trabalho Final de Graduação, a realização de um Inventário seguindo a metodologia do INRC não seria viável, dado que sua elaboração demanda anos de trabalho e o envolvimento de profissionais de diversas áreas do conhecimento.

Ainda assim, as categorias que lhe são próprias e os conceitos que o embasam contribuíram para a construção do olhar analítico sobre as múltiplas práticas cotidianas que ocorrem na Rua José Lucas. Embora não reconhecidas oficialmente como patrimônio por órgãos competentes, buscou-se trabalhar com manifestações consideradas patrimônio pela população.

Dessa forma, a seguir apresentam-se manifestações culturais identificadas não apenas em livros e teses, mas também por meio da análise de jornais e publicações sobre a cidade feitas pela população local. Ainda que não reconhecidas como patrimônio de modo oficial por algum órgão, intentou-se trabalhar com manifestações que são assim consideradas pela população. Nesse sentido, destaca-se o uso de materiais compartilhados em grupos do Facebook, como *Ruas de Atibaia* e *Atibaia Viva*, espaços virtuais em que a população atua ativamente na construção e preservação da memória local.

4.1 CONGADAS

As congadas, também conhecidas como congos, são manifestações culturais e religiosas que combinam dança, música e espiritualidade, remetendo à coroação de reis e rainhas do Reino do Congo. Tendo como palco principal a rua, essas celebrações ocorrem há mais de 270 anos em Atibaia, e, hoje, acontecem especialmente durante o Ciclo Natalino. Nessa ocasião, quatro grupos – denominados ternos ou congos – organizam-se em duas fileiras, desfilando pelas ruas ao som de cantos e danças em louvor aos santos padroeiros (VOGUEL, 2013, p. 10).

Definidas por Souza (2014, p. 309) como uma “dança dramática” realizada após a eleição de reis negros ou do Congo, as congadas possuem origens diversas e carregam elementos da história da população negra escravizada no Brasil. Em Atibaia, essa relação revela-se na narrativa sobre sua origem local: no período natalino, quando os senhores se dirigiam das fazendas às “casas da cidade”, na rua José Lucas, os escravizados permaneciam nos alojamentos da atual Rua 13 de Maio. Nesse contexto de relativa liberdade, organizavam suas festas e frequentavam a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída com mão de obra escravizada no século XVIII, onde acontecia a eleição do rei e rainha do Congo (VOGUEL, 2013, p. 10).

A coroação de reis do Congo no Brasil insere-se no contexto das Irmandades de homens pretos e envolvia elementos simbólicos e estruturas sociais complexas. Segundo Souza (2014, p. 286), essa tradição era marcada por:

eleição anual de um rei, uma rainha e demais cargos no âmbito da irmandade, sendo este o único elemento da festa que aparece nos compromissos; coroação dos reis dentro da igreja, pelo sacerdote, por ocasião da festividade realizada pela irmandade em homenagem ao santo padroeiro, com data variável dependendo da irmandade, do lugar e da época em questão; cortejos de rua que levavam os reis até a igreja para serem coroados e os acompanhavam depois da coroação; danças e cânticos que acompanhavam os cortejos; danças dramáticas nas quais eram apresentados enredos tematizando a conversão ao cristianismo, após embate armado com um exército de pagãos que enfrentava os soldados do rei congo, representante da cristandade. Coroas e cetros eram elementos sempre presentes, assim como indumentárias especiais para os reis e sua corte. também era constante a presença de instrumentos musicais, versos, passos de danças e adereços identificados aos povos africanos. (SOUZA, 2014, p.286)

Por envolver práticas de louvor a santos católicos e ritos de coroação, frequentemente associados à cultura ibérica, essas manifestações foram historicamente interpretadas como resultado de um “processo bem-sucedido” de conversão dos africanos ao cristianismo. Em diferentes contextos historiográficos, ora foram vistas como instrumentos de controle social utilizados pelas elites senhoriais, ora como expressões de resistência cultural protagonizadas por negros escravizados e libertos, sempre a partir de perspectivas que privilegiavam leituras dicotômicas, centradas na opressão ou na rebeldia (SOUZA, 2014, p. 20).

Nesse sentido, é relevante destacar a contribuição de Souza⁸, que propõe um entendimento para além dessa leitura dicotômica. Para a autora,

a disseminação da eleição de reis negros por toda América pode ser melhor entendida se, ao invés de a tomarmos como sobrevivências de tradições africanas, ou como transplante de costumes criados na Península ibérica, onde também existiram, tentarmos entender os processos históricos que constituíram tais costumes. É no contexto do encontro de culturas nas sociedades coloniais que devemos buscar as razões que levaram grupos de africanos, que criavam novas identidades, a escolherem reis, anualmente festejados com batuques, cortejos e dramatizações (SOUZA, 2014, p.215).

A autora ainda aprofunda sua análise ao examinar a formação política dos povos congolezes e contato entre portugueses e o Reino do Congo, destacando a complexidade das estruturas políticas e sociais africanas anteriores ao século XV. Segundo ela, quando os portugueses chegaram à região, em 1483, existia uma corte centralizada, organizada em torno da figura de um rei. Essa estrutura influenciou diretamente a forma como práticas de liderança, religiosidade e celebração foram reinterpretadas no contexto da diáspora.

a presença de reis, príncipes, alferes e mordomos nas cortes negras festivas foi sempre tomada como evidente influência portuguesa, mas um olhar mais detalhado sobre a história congoleza mostrou que mais do que lusitanas, essas matrizes eram afro-lusitanas (SOUZA, 2014, p.317).

Assim, a autora entende que “a eleição de reis negros, mesmo forjada no contexto da dominação colonial, servia de elo entre a comunidade negra e um passado idealizado, ligado a uma terra natal desprovida de particularidades concretas”(SOUZA, 2014, p.200).

⁸ SOUZA, Marina de Mello e. Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

Sob essa perspectiva, a Figura 55 oferece uma leitura comparativa significativa. A Figura 55 apresenta o Rei do Congo em 1888, utilizando manto e cetro que lhe foram presenteados pelo rei de Portugal, fotografia encontrada no texto de Souza. Ao lado, o retrato do rei escolhido nas congadas de Atibaia, com vestimentas que evocam diretamente o modelo de 1888. A semelhança entre os mantos – ambos adornados por estrelas e com a mesma estrutura – além do uso do acessório na cabeça, evidencia um elo visual entre diferentes contextos históricos e geográficos. Tais paralelismos não indicam uma simples repetição, mas sim, sugerem a força da tradição oral e recriação simbólica de costumes.



Figura 55: À esquerda, o Rei do Congo em 1888 com manto e cetro presenteados pelo rei de Portugal. À direita, reis escolhidos na congada de Atibaia. Fonte: Museu João Batista Conti.

No capítulo em que aborda as Cortes Festivas, Souza cita diretamente o “Livro das eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Atibaia (1763–1796)” para descrever a estrutura hierárquica das festividades em questão. O documento menciona uma ampla gama de cargos: rei de eleição, rainha de eleição, rei de promessa, rainha de promessa, príncipe, princesa, juiz de eleição, juíza de eleição, juízes de promessa, juízas de promessa, capitão perpétuo, andador, governador, alferes, capitão do mastro, meirinho, procurador branco, tesoureiro, escrivão, procurador preto e irmãos de mesa (SOUZA, 2014, p. 221).

Além disso, é relevante destacar as imagens representadas nas Figuras 56 e 57, que ilustram a permanência de elementos simbólicos ao longo do tempo. A Figura 56, intitulada “Festa de Nossa Senhora do Rosário. Padroeira dos Negros”, integra a obra *Viagem Pitoresca Através do Brasil* (v.1, ed. 2), de Maurice Rugendas (1802-1858). Já a Figura 57 apresenta a celebração contemporânea da mesma festividade em Atibaia. Identifica-se, em ambas, a presença de elementos como os mastros, bandeiras e tambores, símbolos que se mantiveram ao longo dos séculos.

A escolha de todos esses cargos revela não apenas a complexidade da estrutura social da época, mas também a importância da Irmandade dos “homens pretos” na conformação de formas específicas de sociabilidade entre os escravizados. Para Souza, a longevidade dessa manifestação se explica, em grande medida, pelo papel que desempenhou como forma de inserção social dos escravizados e seus descendentes no interior da ordem colonial. Ao incorporarem tradições do mundo banto e símbolos da cultura lusitana — reinterpretados conforme seus próprios interesses —, esses grupos construíram estratégias de afirmação de suas identidades (SOUZA, 2014, p. 234).

Complementando essa leitura, para César, a perpetuação das congadas até os dias atuais está diretamente relacionada à ocupação da rua: “é uma festa que tradicionalmente adquiriu legitimidade para utilizar o espaço público com a realização efetiva de manifestações culturais” (CÉZAR, 2005, p.21).



Figura 56: Festa de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Acervo online Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.



Figura 57: Festa de Nossa Senhora do Rosário atual. Fonte: Atibaia Mania. Acesso em maio de 2025.



4.2 LEVANTAMENTO DOS MASTROS



Figura 63: Bandeira e mastro. Fonte: Museu João Batista Conti.



Figura 64 e 65: Levantamento dos mastros.

Como mencionado, o Ciclo Natalino, em Atibaia, é o período do ano em que as festas populares atingem seu ápice. Realizado entre os dias 25 de dezembro e 06 de janeiro, o ciclo se inicia com o levantamento dos mastros no largo da Igreja do Rosário, denominada Praça Guilherme Gonçalves. A ação configura-se como um ato sagrado, que remete a tradições centenárias e simboliza uma conexão com o céu. Nessas tradições, os mastros geralmente se relacionam com “colheitas, à fertilidade do solo e à devoção ao santo protetor, elevando sua figura ao local mais alto, perto do céu, mais perto de Deus” (VOGUEL, 2013, p. 15).

Para que a festa do Ciclo Natalino aconteça, são escolhidas uma ou duas famílias que, durante o ano, guardam as bandeiras dos mastros. Os mastros permanecem no interior da Igreja do Rosário e, após as bandeiras serem conduzidas pelas congadas, são retirados da igreja e erguidos em buracos preparados especialmente para o ritual. Nesses buracos, a população deposita pedaços de papel com pedidos e agradecimentos aos santos. A bandeira na ponta do mastro pede que o santo leve à Deus pedidos e agradecimentos.

Sobre os mastros em Atibaia, Conti, ainda afirma que

Não mais usam a “tesoura”, uma peça feita de dois caibros roliços, amarrados com cipó, em forma de utensílio que lhe emprestou o nome. Acreditamos que seu desaparecimento seja devido a não mais serem usados mastros como outrora, pois hoje estes são relativamente baixos, de madeira não muito grossa, o que facilita o levantamento (CONTI, 2001, p.91).

Depois de erguidos, ocorre a procissão e congadas até a Igreja da Matriz. Os mastros são retirados apenas no dia 06 de janeiro, no dia de Reis.



Figura 66: Levantamento dos mastros.

4.3 CAVALHADAS

Com o primeiro registro datado de 1752, a cavalcada configura-se como um tradicional desfile de cavaleiros, dando continuidade ao ciclo natalino e realizado no dia 26 de dezembro. Originalmente, tratava-se de uma manifestação de devoção à Nossa Senhora do Rosário, na qual os cavaleiros saíam em cortejo pelas ruas do centro da cidade, passando pela Rua José Lucas, em busca do festeiro, conhecido como o “rei” – o responsável pelos festejos em honra à santa (CONTI, 2001, p.93). O cortejo culmina na Igreja do Rosário, onde os cavaleiros davam três voltas ao redor do templo. No local, o padre abençoava os cavaleiros e seus animais.

Depois de dois séculos, o evento ganhou maiores proporções. Regularizada pela prefeitura, a manifestação passou a integrar o calendário oficial de eventos da cidade. O trabalho de preservação e continuidade tem sido realizado por uma associação, denominada ATIFÉ (Associação de Apoio ao Folclore e Tradições Religiosas de Atibaia), que busca manter viva essa tradição histórica e cultural.



Figura 67: Cavalhadas na Rua José Lucas. Ao fundo, a Igreja do Rosário. Fonte: Grupo Atibaia Viva.



Figura 68: Cavalhadas em 2022. Ao fundo, a Igreja do Rosário. Fonte: O Atibaense.

4.4 PROCISSÕES

Presentes nas manifestações culturais acima descritas, as procissões da Igreja Católica têm forte presença na via estudada, dada a localização da Igreja Matriz e da Igreja do Rosário. Realizadas nos feriados religiosos do calendário católico, essas procissões são, na memória popular, e até mesmo nas buscas por imagens na internet, mais frequentemente associadas às congadas e cavalhadas que compõem o Ciclo Natalino.

Fora desse ciclo, uma das datas mais relevantes do calendário litúrgico é a quinta-feira de Corpus Christi, único momento em que o Santíssimo Sacramento – o corpo de Cristo – sai da igreja e é levado em procissão pelas ruas. Conforme Oliveira, trata-se de uma celebração que “distingue-se hoje, das demais festas católicas, por sua pompa, distinção vinda desde seus primórdios, onde também constituía uma exibição coletiva de criações da mais nítida formação popular” (OLIVEIRA, 2013, p. 80). Uma das marcas mais expressivas dessa celebração são os tapetes coloridos, feitos pela própria população, com serragem, pó de café, sal e flores.

Com origens na Europa medieval, principalmente na Península Ibérica, esses tapetes tornaram-se tradicionais em diversas cidades brasileiras, trazidos por imigrantes açorianos (OLIVEIRA, 2013, p. 46). A realização do Corpus Christi envolve a comunidade local de modo único, tendo em vista que, além da procissão e de participar do momento,

A composição dos tapetes interconecta as relações de sociabilidade estabelecidas entre os moradores (...), a festa, o rito, a memória e as situações de transmissão que reforçam valores identitários e de pertencimento à cultura imaterial da cidade (MOREIRA, 2019, p.197).

Assim, nessa data, a rua se transforma. O centro é fechado para carros e o leito carroçável destinado aos veículos torna-se tela para construção dessa arte coletiva e depois, espaço sagrado, por onde o Santíssimo passa. Nesse sentido,

o tapete dá à festa sua própria significação, ou seja: designa-a como uma festa, como Corpus Christi. Assim, observa-se que o limite entre festa, rito e objeto (tapete) não existem, pois um se torna motivo do outro: tapete-festa-rito (MOREIRA, 2019, p. 197).

A finalidade dos tapetes “não é suprir a qualquer necessidade prática – como revestir uma entrada para limpar os pés de quem passe– (...) é a própria identidade da comunidade que se reafirma” (FREITAS, 2010, p.36).

Feitos por crianças da catequese, os tapetes observados nas fotografias atuais (Figura 72) referem-se à celebração de Corpus Christi de 2025 em Atibaia. Para além da beleza do tapete e da expressiva participação da comunidade, foi interessante notar o respeito coletivo às regras não formalizadas: todos os presentes – mesmo aqueles que só estavam de passagem na rua – evitavam pisar sobre os tapetes, caminhando pelas laterais da via, preservando o tapete ao momento da procissão.

Essa prática reforça que “sendo bem efêmero, o tapete integra o patrimônio cultural imaterial da comunidade, e a memória de seu saber constitui um legado às gerações seguintes” (FREITAS, 2010, p.29).



Figura 69: Procissão de Corpus Christi. Fonte: Museu João Batista Conti.

O acervo do Museu João Batista Conti inclui uma pasta exclusivamente dedicada à celebração de Corpus Christi, o que evidencia a relevância da festa para a comunidade local e o interesse em registrá-la. Na Figura 69, celebração de Corpus Christi na Rua José Lucas, sem data, identifica-se a expressiva presença de fiéis na procissão. Além disso, entrelaçando com a arquitetura, é interessante ressaltar a presença de duas construções: ao lado do Sobrado Júlia Ferraz uma construção térrea, antes da agência do Banco Mercantil e na lateral direita, uma colonial anterior a construção do Hotel Municipal, o que permite dizer que a imagem é anterior a 1920.

Na Figura 70, o aspecto que se destaca, atrás das bandeiras e das crianças, são as flores no chão que parecem já formar os tapetes da celebração. Na Figura 71, datada de 2002, já se observa os tapetes em configuração parecida com os dias atuais. Ademais, em relação a essa sobre imagem é interessante fazer um comentário sobre a arquitetura: nota-se a presença de placas comerciais avançadas nas calçadas, o que foi proibido com a promulgação da Lei Cidade Limpa, em 2010.



Figura 71: Procissão de Corpus Christi. Fonte: Atibaia Mania.



Figura 70: Procissão de Corpus Christi em 1959. Fonte: Museu João Batista Conti.



Figura 72: Procissão de Corpus Christi em 2025. Autoria própria.



4.5 CARNAVAL

Discorrer sobre o carnaval de Atibaia é abordar uma trajetória de relações entre o patrimônio imaterial e o material. Consolidado como uma forte tradição atibaiense, o principal evento da data realiza-se na Praça da Matriz, com a presença de marchinhas e bonecões.

A história dos bonecos gigantes envolve a participação popular e a preservação de uma memória que esteve próxima do esquecimento. Trata-se da retomada de uma expressão artística vinculada a uma festa popular, que permaneceu ausente por cerca de vinte anos e cuja continuidade foi possibilitada pela iniciativa de Edson Antonio Gonçalves. Professor e artista plástico, Gonçalves documenta o processo de retomada dos bonecões em sua tese “Os bonecões no carnaval de Atibaia: uma experiência em arte-educação.”

Remetendo a uma tradição lusitana, os grandes bonecos têm seu primeiro registro no Brasil datado de 1919, em Pernambuco (GONÇALVES, 2011, p. 194). Em Atibaia, contudo, a primeira fotografia em que aparecem os bonecões remonta a 1917, conforme consta no livro *Atibaia samba*, Escola de samba de Jamil Scatena. A experiência de Edson Antonio Gonçalves revela-se especialmente significativa

Nasci em Atibaia, numa casa colonial de grandes portas e janelas. Havia paredes que, quando comecei a observar e ter discernimento do meu entorno, elas pareciam gigantes. Como toda boa casa do interior havia um grande pomar. Junto às árvores da vizinhança ele formava um enorme bosque. Situava-se à Rua José Alvim, 348.(...)A cada época do ano havia acontecimentos festivos diversos em Atibaia. Esses eventos populares, como já dissemos, passavam todos pela nossa rua. Ainda não havia televisão em casa. Então essas festas tradicionais marcaram nossa infância. Constituíam episódios que modificavam nossa rotina (GONÇALVES, 2011, p.70).

Unindo suas lembranças de infância à pesquisa sobre a cultura local, Gonçalves relata que os bonecões faziam parte do bloco Zé Pereira, que, desde 1982, já não contava com a presença dessa manifestação artística. Ao confeccionarem os bonecos e utilizarem-nos pelas ruas durante o carnaval, os alunos ganhavam notoriedade e reconhecimento, o que incentivava o desejo de continuidade da tradição nos anos seguintes.

Assim, o projeto escolar ganhou proporções maiores e ultrapassou os limites da sala de aula, despertando o interesse de muitas pessoas em aprender a técnica e confeccionar seu próprio bonecão para desfilar. Com o tempo,

as atividades passaram a ser realizadas em um galpão, reunindo participantes de diferentes faixas etárias, reforçando laços comunitários e configurando-se como espaço de transmissão oral de memórias coletivas sobre os bonecões, o carnaval e a história da cidade. Todo esse processo permitiu o retorno dos bonecos ao bloco Zé Pereira, possibilitando a reintegração desse patrimônio material à manifestação imaterial que o carnaval representa.

Sem os Bonecões, o Zé Pereira constituía-se em patrimônio imaterial de nossa cidade. Com a volta dos gigantões a tradição se completou – patrimônio material e imaterial. Os educandos criaram ou recriaram algo que não existia mais (GONÇALVES, 2011, p.10).

Professor de artes e entusiasta da antiga tradição, Edson propôs, em 1996, a criação de alguns bonecões em sala de aula, na escola CEFI. O projeto foi acolhido com empenho pelos alunos e reconhecido pelos pais e pela comunidade local.



Figura 73: Primeiro registro do bonecão em Atibaia, em rua paralela a José Lucas, a Rua José Alvim. Fonte: Museu João Batista Conti.

À época, Atibaia possuía um lixão a céu aberto, e a proposta previa a reutilização de sucatas como base para a confecção dessas grandes esculturas. A iniciativa não apenas resgatou uma tradição esquecida, mas também integrou práticas de arte-educação com consciência ambiental.

Afastando-se de uma concepção de educação patrimonial marcada pela separação entre quem ensina e quem apenas recebe o conteúdo, sem participação ativa, a abordagem adotada traz os sujeitos no centro da tradição, valorizando o envolvimento direto da comunidade nos processos de construção e transmissão do patrimônio cultural. A experiência, suscita a reflexão proposta por Scifoni sobre o papel da educação no âmbito patrimonial: “A educação tem, assim, um papel estratégico no campo do patrimônio, apesar de ser frequentemente relegada pelas instituições de Estado como algo secundário, para a qual poucos recursos são destinados e sobre a qual qualquer profissional pode falar”(SCIFONI, 2022, p.02). Nota-se, assim, que a volta dos bonecos dialoga diretamente com

nova pedagogia rompe com a ideia de que ensinar é levar conhecimento sobre um patrimônio eleito pelo Estado e, portanto, exterior aos grupos sociais; ela entende a educação na perspectiva do diálogo e do fortalecimento da autonomia dos sujeitos, que se dá pela produção de conhecimentos sobre a própria cultura e memória, bem como pela problematização do que já se encontra instituído (SCIFONI, 2022, p.02).

Confeccionados em papel machê, por meio da Oficina dos Bonecos, os bonecos fazem alusão a personagens de quadrinhos, cultura pop, famosos, e pessoas conhecidas na cidade. Hoje, desfilam durante os quatro dias de Carnaval na Praça da Matriz, que também abriga uma banda dedicada às tradicionais marchinhas da região, colaborando com a preservação dessa cultura.



Figura 74: Bonecos de Atibaia. Ao fundo, sobrado Júlia Ferraz. Fonte: Prefeitura de Atibaia.



Figura 75: Carnaval com marchinhas em Atibaia. Fonte: Prefeitura de Atibaia.

4.6 BON ODORI

Na Festa da Cidade, que ocorre em 24 de junho para comemorar sua fundação, diversos eventos ocupam a Praça da Matriz. Entre eles, destaca-se o Festival Bon Odori, que celebra a cultura japonesa por meio de comidas típicas, apresentações de taiko e da dança Bon Odori. A presença da comunidade japonesa em Atibaia é parte fundamental na constituição de sua história, identidade e economia, sendo, inclusive, responsável por consolidar a imagem do município como a “Cidade das Flores e dos Morangos”.

Alguns dados contribuem para essa caracterização: Atibaia, além de ser a maior produtora de morangos do Estado de São Paulo, foi oficialmente declarada – em 2022, por meio da Lei nº 14.383 – a “Capital Nacional do Morango”, pela qualidade e uso racional de defensivos. Já em relação à produção de flores, representa aproximadamente 25% da produção do Brasil. Além disso, desde 1968, a cidade promove anualmente a Festa das Flores e Morangos, evento que recebeu mais de 100 mil visitantes na edição de 2018 (SILVA; OLIVEIRA; WALKOWSKI, 2023, p.226).

Esse protagonismo só foi possível por meio da implementação de tecnologias agrícolas trazidas e desenvolvidas por famílias japonesas, que se estabeleceram na região principalmente nas décadas de 1950 e 1960. O livro “Inspeção Sanitária do Município de Atibaia Vol II”, de Flávio Pires de Camargo (1940), cita os japoneses como “hábeis agricultores, prevendo a riqueza do solo atibaiano, estão aos poucos transformando terras antes abandonadas em esplêndidas chácaras”. Até hoje, essa comunidade mantém forte envolvimento com as atividades agrícolas, especialmente na floricultura e no cultivo de morangos.

O Festival Bon Odori reflete a organização da comunidade nipo-brasileira em Atibaia, contribuindo para a preservação e perpetuação da herança cultural. Por meio dele, tradições são mantidas vivas e transmitidas entre gerações. A apresentação de taiko, por exemplo, é realizada pelo grupo “Kawasuji Seiryu Daiko de Atibaia”, que promove ensaios na sede da ACENBRA (Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Atibaia), reunindo semanalmente participantes de diversas faixas etárias.

O taiko, que pode ser compreendido como “tambor japonês”, remete a

práticas das zonas rurais do Japão, onde era comumente associado a eventos e rituais, como o espantar de maus espíritos ou o encorajamento de tropas militares (RODRIGUES, 2020, p.02).

No Japão de antigamente, o limite da aldeia era estabelecido pelo som de um tambor sagrado. Se você não pudesse ouvir o tambor, ou taiko, ressoando do santuário local, você sabia que tinha se afastado além dos limites da aldeia. (RODRIGUES, 2020, p.03).

Conforme aponta a literatura etnomusicológica, os tambores japoneses tradicionalmente desempenhavam uma função de suporte a outras expressões culturais, como o teatro e a dança, sobretudo em festivais. Porém, houve uma mudança nessa relação, que deslocou o taiko como elemento principal em performances dos grupos, incorporando dança e artes marciais (RODRIGUES, 2020, p.03).

No contexto da imigração japonesa para o Brasil, a prática do taiko configura-se como um mecanismo de fortalecimento de relações interpessoais e da identidade cultural. Mais do que uma atividade musical, os ensaios promovem o convívio entre gerações e reafirmam os laços entre as tradições japonesas e a vivência local.



Figura 76: Festival Bon Odori. Fonte: Portal da Cidade.

5. SÍNTESE

Com a análise dos aspectos urbanísticos da Rua José Lucas, de seu conjunto arquitetônico e das manifestações culturais que nela ocorrem, torna-se evidente a interação entre esse espaço e o patrimônio imaterial. Nesse sentido, fica explícito que um estudo que considere simultaneamente esses elementos revela-se mais enriquecedor do que uma pesquisa com abordagem centrada exclusivamente nas construções físicas.

Desse modo, nota-se a intrínseca relação entre patrimônio material e imaterial. No escopo deste trabalho, uma evidência dessa articulação é a descoberta de como eram as edificações em outras épocas, reveladas por meio de fotografias históricas registradas durante congadas e procissões. Essas manifestações, dada sua relevância simbólica e social, motivaram registros visuais que, hoje, constituem fontes fundamentais para a reconstituição da imagem urbana do passado. As fotografias produzidas pelos próprios participantes, buscando capturar momentos festivos, acabaram preservando visualmente elementos arquitetônicos importantes da rua, que poderiam ter se perdido com as transformações e reformas ao longo do tempo.

É relevante pontuar, ainda sobre essa relação entre patrimônio material e imaterial, que as festas se apropriam do espaço urbano ao mesmo tempo em que o transformam, ainda que de maneira efêmera. Como visto, no caso das procissões, a rua deixa de ser via destinada a veículos e passa a ser compreendida como solo sagrado para a passagem do corpo de Cristo. Durante o Carnaval, torna-se o palco para o desfile dos bonecos. Nas congadas, configura-se como o trajeto ritual das bandeiras e danças.

Nesse sentido, torna-se pertinente refletir sobre como as transformações, demolições ou descaracterizações da via e de suas edificações impactam diretamente os sujeitos que com elas mantêm vínculos. Tais alterações representam perdas não apenas materiais, mas também simbólicas, afetando a história, a identidade e o sentimento de pertencimento de grupos sociais. A nostalgia expressa em grupos do Facebook, por exemplo, evidencia esse impacto: diante de imagens antigas de edificações já desaparecidas ou modificadas, comentários como “o senhor é um salvador da memória”, direcionado a um dos usuários mais ativos, revelam o valor atribuído a essas construções no imaginário coletivo.

Essa percepção traz à reflexão de que, embora apenas o Sobrado Júlia

Ferraz esteja oficialmente tombado como patrimônio pelo CONDEPHAAT, outros edifícios da Rua José Lucas também são reconhecidos, pela população local, como dignos de preservação. Muitas vezes, esse valor não reside em uma edificação isolada, mas sim no conjunto arquitetônico que conforma o tecido urbano e contribui para a construção da memória do local.

Assim, é preciso estar atento às diversas transformações urbanas, pois não envolvem apenas alterações na materialidade, mas também de alterações de aspectos que compõem a memória dos sujeitos que experienciam esse espaço. No texto de Flávio, datado de 1940, o trecho

A característica essencial do urbanismo contemporâneo é justamente a preocupação do bem estar geral. Não se cogita apenas da cidade monumental, como na Antiguidade, mas da cidade útil, prática, econômica e estética. É preciso fazer com que a cidade seja útil, agradável, saudável, um instrumento de trabalho, de produção e não de consumo e desperdício das nossas energias, da nossa saúde e da nossa felicidade. A cidade é para todos o pequeno mundo em que se vive. O bom urbanista diz Harland é aquela autoridade Municipal que, analisando o caráter e provável extensão do crescimento urbano, sugere os reajustamentos de ordem física e prove a coordenação de todos os melhoramentos futuros”. É necessário corrigir os erros atuais do traçado das cidades, muito mais necessário, porém, é evitar a repetição desses erros, cuja correção mesmo quando possível, o que nem sempre acontece — custa caríssimo (CAMARGO, 1940).

Ainda que o livro retrate um urbanismo pautado no contexto do movimento higienista, alinhado aos valores e conceitos daquela vertente, é possível perceber que, mesmo hoje, intervenções no espaço urbano muitas vezes ainda seguem a lógica apresentada. Reformas são realizadas com foco exclusivo no aspecto físico, como o alargamento de vias ou a busca por um “rejuvenescimento” da paisagem, sem considerar a história e os significados simbólicos que os espaços podem carregar. Nesse sentido, evitar a repetição dos erros do passado, hoje, não se refere mais a corrigir ruas “estreitas” ou “desorganizadas”, mas sim de realizar intervenções sem o apagamento da história, como fizeram muitas cidades.

Grande parte dessa postura de desconsideração à memória coletiva se relaciona com a ausência de um olhar para o patrimônio imaterial e para a história de mais de um grupo da sociedade. Críticas e reações contrárias às manifestações populares apresentadas já foram muito presentes no cenário de Atibaia.

Como exemplo, tem-se a seguinte crítica presente no jornal O Atibaïense, de 11 de janeiro de 1931, que revela essa postura excludente:

Estamos em 1931, século do jazz, da radiotelefonía, do cinema falado, e custa-nos crer que Atibaia ainda conserve as congadas. Achamos que já é tempo de se acabar com essa velharia. (...). Os conservadores taxar-nos-ão naturalmente de intolerantes, e dirão que é uma coisa tão tradicional quão necessária, e que a festa de Natal sem congada não tem graça...Realmente, é muito interessante, é muito bonito, mas só para os estranhos, os que não nasceram aqui, aqueles que a elogiam na nossa frente e saem criticando por trás, admirados como Atibaia, que goza dos foros de cidade civilizada, ainda mantenha uma tradição como esta, que só serve para nos deprimir. Decididamente precisamos acabar com estes costumes antiquados, que não se coadunam com o nosso adiantamento (CONTI, 2001, p.113).

Graças a outros pontos de vista, essas manifestações culturais tiveram seu papel gradualmente reconhecido. Entre os que valorizaram sua importância, destaca-se Mário de Andrade, que, em carta enviada ao amigo João Batista Conti, expressou:

Venho mais uma vez lhe agradecer ter insistido comigo para que fosse ver as Congadas de Atibaia. A sua terra já me atraía muito pela beleza de suas paisagens e amabilidade de seu clima, porém agora a considero ainda muito mais, por ver que é uma legítima fonte de tradições populares do nosso estado (CONTI, 2001, p.115).

Mais do que isso, essas manifestações foram perpetuadas pelo esforço coletivo de seus próprios praticantes, que as mantiveram vivas ao longo do tempo. Vale ressaltar que as festas populares descritas neste trabalho não se restringem à sua realização em datas específicas. Pelo contrário, integram o cotidiano da população, seja por meio da organização de eventos voltados à arrecadação de recursos para as festas, da preparação das comidas do Ciclo Natalino ou dos ensaios das congadas ao longo do ano. Dinâmicas semelhantes são observadas na confecção dos bonecos e nos ensaios do Bon Odori.

Nesse sentido, percebe-se que, por mais que essas expressões culturais e festividades já estivessem presentes e conectadas ao território, a incorporação do patrimônio imaterial às políticas públicas — e os avanços descritos no tópico anterior — possibilitaram um maior reconhecimento dessas práticas, que durante muito tempo foram negligenciadas no contexto local.

a noção de patrimônio imaterial “permitiu destacar um conjunto de bens culturais que, até então, não era oficialmente incluído nas políticas públicas de patrimônio orientadas pelo critério de excepcional valor artístico e histórico do bem a ser protegido. A noção supõe, assim, o enfoque global e antropológico do patrimônio cultural: a oralidade, os conhecimentos tradicionais, os saberes, os sistemas de valores e as manifestações artísticas com a consideração da oralidade, dos saberes, das manifestações artísticas (CASTRO, 2008, p.13).

6. PROPOSTAS

Tendo em vista as questões apontadas, este tópico parte da premissa de que muitas das propostas para a perpetuação do conjunto histórico de Atibaia residem nos eventos com a população. Entre as ações recentes que merecem destaque, está a 23ª Semana Nacional dos Museus, cujo tema, “O futuro dos museus em comunidades em rápida transformação”, foi pertinente ao contexto desta pesquisa. A coincidência entre o evento e o período de investigação do presente trabalho configurou-se como oportunidade significativa de observação e participação.

No Museu João Batista Conti, a programação incluiu a exposição “Atibaia: Uma Jovem Senhora de 360 Anos”, composta por fotografias do acervo da instituição. Durante uma visita ao museu em busca de mapas históricos, uma visitante comentou: “Algo que nunca tinha visto, que pena que será temporário”, revelando o potencial que ações culturais desse tipo possuem para despertar o interesse e o envolvimento do público com o patrimônio local. A semana também contou com outros dois eventos que focaram na fotografia como documento, destacando-se a “caminhada fotográfica”, um passeio pelo centro histórico que visava sensibilizar os olhares para permanências históricas.

Outro evento relevante da mesma semana foi a “Roda de Conversa sobre o Clube de Fotografia e Convidados”, dedicada ao debate sobre o patrimônio material e imaterial da cidade, com ênfase em sua riqueza histórica e natural. A apresentação abordou antigas construções urbanas e foi seguida por uma roda de conversa com os participantes.

Dentre os relatos compartilhados, destacou-se a lembrança de que o sobrado Júlia Ferraz, anos atrás, abrigava uma loja de artesanato e comercializava doces caseiros, o que favorecia sua ocupação cotidiana.

No debate, a verticalização do tecido urbano foi apontada como um dos principais problemas enfrentados. Ressaltou-se, nesse contexto, a importância da aplicação efetiva do Plano Diretor como instrumento para a preservação da paisagem histórica. Outras falas chamaram atenção para o turismo local, lamentando, por um lado, que ele se concentre majoritariamente nos resorts e na Avenida Lucas Nogueira Garcez. Por outro, destacou-se que o

centro histórico não deveria ser reformulado com o intuito de atrair esse mesmo público, mas sim pensado, prioritariamente, para atender às necessidades e ao cotidiano da população local.

Eventos como esse e debates com a participação ativa da população — para além dos encontros formais voltados à elaboração do Plano Diretor e do círculo restrito de arquitetos e gestores públicos — mostram-se importantes para a construção de uma noção de patrimônio mais interativa.

Nesse sentido, pontua-se também o papel de grupos da sociedade civil que atuam na preservação da memória local de forma independente e colaborativa. O grupo no Facebook *Atibaia Viva*, por exemplo, é uma ferramenta poderosa na divulgação e valorização do patrimônio cultural, especialmente através da digitalização de documentos sobre a cidade.

Da mesma forma, o trabalho desenvolvido pelo Clube Atibaiense de Fotografia (CAF) merece destaque. Por meio do registro contínuo de diferentes períodos da cidade, o clube contribui significativamente para a documentação visual do centro histórico e das transformações urbanas ocorridas ao longo do tempo.

Mais especificamente sobre as edificações, o aspecto mais preocupante refere-se ao tratamento das superfícies, especialmente no que diz respeito às cores saturadas e vibrantes atualmente observadas, que parecem tornar-se cada vez mais comuns. Diante disso, sugere-se a elaboração de um plano de cor, de modo que as intervenções estejam alinhadas aos princípios do restauro, e não subordinadas aos interesses de cada estabelecimento comercial.

Além disso, ao se observarem as fotografias históricas e os edifícios sobre os quais se encontrou maior volume de informações, nota-se uma valorização das primeiras quadras próximas à Igreja Matriz. Esses trechos da rua, por terem sido mais fotografados e associados a usos mais simbólicos — como a Prefeitura, o Banco Mercantil e o Hotel Municipal —, contrastam com a escassez de registros referentes às edificações localizadas nas imediações da Igreja do Rosário. Dessa forma, ao se planejar a implantação de novos edifícios públicos ou outros equipamentos, seria pertinente considerar as quadras historicamente menos favorecidas como áreas prioritárias para investimentos.

Ainda, como proposta para futuras pesquisas, seria de grande interesse e relevância a elaboração de algum inventário, especialmente sob uma abordagem participativa. O presente trabalho buscou integrar em um único documento, as edificações, a história da via e as manifestações culturais, podendo, assim, ser usado como ponto de partida. Um Inventário Participativo, por sua vez, teria o potencial de aprofundar esse mapeamento.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tema do TFG, a escolha da Rua José Lucas para este Trabalho Final de Graduação revelou-se pertinente, permitindo a articulação de múltiplos aspectos relacionados ao urbanismo, à história e ao patrimônio cultural. A partir da análise do uso do solo, da mobilidade e da expansão do traçado urbano, foi possível identificar e compreender camadas sucessivas da formação da cidade, desveladas por meio de mapas históricos, toponímia e edificações representativas de distintas épocas.

Conjugado a esse olhar para o patrimônio material, o estudo da rua também evidenciou a importância do patrimônio imaterial, incorporado e resignificado as manifestações culturais que o território abriga e faz perdurar, como a presença das congadas, do bon odori e dos bonecos. Assim, a Rua José Lucas se apresenta como um microcosmo da própria história do país, remetendo a processos como a presença dos bandeirantes, o período escravista, as ondas migratórias e as transformações tecnológicas e construtivas.

A pesquisa apoiou-se em diversas fontes primárias, destacando-se o acervo de fotografias e cartografias do Museu João Batista Conti e as consultas a jornais na Hemeroteca Digital. Ainda, recorreu a bibliografia especializada sobre as manifestações culturais, bem como em teses e artigos dedicados à cidade de Atibaia. Com as idas ao museu, conversas com moradores e visitas in loco, o desenvolvimento deste trabalho propiciou um rico diálogo com profissionais da área e com moradores comprometidos com a preservação e a divulgação da memória local, especialmente os colaboradores do Museu João Batista Conti e frequentadores dos eventos culturais.

Do ponto de vista técnico, a pesquisa permitiu exercitar diversas habilidades inerentes à prática profissional do arquiteto e urbanista, como a elaboração de volumetrias em 3D, a execução de mapas e ilustrações, bem como a análise crítica do território e de sua dinâmica social. A modelagem volumétrica das edificações exigiu medições in loco, considerando que o arquivo obtido pelo CadMapper apresentava apenas a topografia e uma única

edificação, enquanto a construção da base cartográfica demandou a utilização do software QGIS, integrando arquivos shapefile disponibilizados pela Secretaria de Mobilidade da Prefeitura de Atibaia.

Por fim, cabe salientar que, como um ponto de partida para investigações futuras, esse trabalho agrupa materiais e produtos gráficos que podem ser usados em estudos futuros, para aprofundar a compreensão sobre esse espaço urbano singular. Assim, encerro minha trajetória na graduação da FAUUSP com esta pesquisa que sintetiza e mobiliza conhecimentos e práticas que foram fundamentais na minha formação ao longo desses anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEDORI, Adriano; TEIXEIRA, José Luiz. **Famílias ilustres e tradicionais de Atibaia**. Volume I. Atibaia, 2000.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **A cidade como negócio: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942)**. 2018. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/16/tde-17012019-135711/pt-br.php>>. Acesso em: 06 out. 2024.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO; EDUCARTE, 2008.

CEZAR, Lilian Ságio. **A Congada e a câmera: ação afro-descendente e representação midiática**. 2005. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

———. **O velado e o revelado: imagens da Festa de Congada**. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CONTI, João Batista. **Atibaia folclórica: contos e lendas**. Atibaia, SP: Prefeitura da Estância de Atibaia; Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Lazer, Departamento de Cultura; Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Atibaia: Editora Grosse, 2001.

COSTA, Élsie Monteiro da. **Balanceia meu batalhão: universo poético-musical dos congadeiros de Atibaia**. Atibaia, SP: Ed. do autor, 2005.

COSTA, Élsie Monteiro da; ZAGO, Márcio Emilio. **Movimentos & traçados ide-**

ais e ações: 40 anos de garatuja em Atibaia. Atibaia, SP: Garatuja, 2023.

DARVICHE, Yasmin. **Os sentidos patrimoniais na periferia: inventário de referências culturais para São Miguel Paulista**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/b6a78c61-b40a-43ea-a69f-efca304d89e2/2017_yasmindarviche_resumo_abstract.pdf. Acesso em: 14 maio 2024.

FREITAS, Esequias Souza de. **Tapete de serragem da Semana Santa: aspectos desenhísticos de uma tradição na cidade de Ouro Preto**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010.

FLORENZANO, Luciana da Silva; RIBEIRO, Rosina Trevisan Martins. **As cores das superfícies arquitetônicas: paradigmas e intervenções cromáticas em bens culturais edificados no Brasil**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, n. 29, p. 1-45, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29e55>. Acesso em: 30 maio 2025.

GONÇALVES, Edson Antonio. **Os bonecos no carnaval de Atibaia: uma experiência em arte-educação**. 2011. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Manual do INRC**. Brasília: DPI/IPHAN, 2000.

———. **Educação Patrimonial: Inventários Participativos. Manual de Aplicação**. Brasília: DAF/IPHAN, 2016.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 12, p. 309-330, 2004.

Manual do INRC. Brasília: DPI/IPHAN, 2000. Educação Patrimonial: Inventá-

rios Participativos. Manual de Aplicação. Brasília: DAF/IPHAN, 2016.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. **O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de patrimônio nacional.** PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção, Campinas, v. 6, n. 1, p. 26-38, jan./mar. 2015. ISSN 1980-6809

LOPES, Alessandro Posso. **História entretecida: “Hotel Galeria”, em Atibaia, SP.** Itatiba: Universidade São Francisco, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade São Francisco.

LORIANO, José de Achieta. **Pelas ruas de Atibaia: história e crônicas 1665-2002.** Atibaia: Editora Degaspari, 2002.

MOREIRA, Frederico Luiz. **Na rua, o sentido da festa: tapetes sagrados, peregrinos e serragens em cor.** Proa – Revista de Antropologia e Arte, Campinas, v. 9, n. 1, p. 197–211, jan./jun. 2019. Disponível em <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/proa/article/view/17332/11976>>.

NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone. **O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão.** Revista do Centro de Pesquisa e Formação, São Paulo, n. 5, set. 2017.

OLIVEIRA, Elza Aparecida de. **Igreja e rua, dois espaços a mesma fé: sacralização do espaço na festa de Corpus Christi.** 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo.** 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

RODRIGUES, Flávio. **Os tambores que vibram em nós: a comunidade de prática do taiko na cidade de Atibaia e a quebra de estereótipos.** In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 30., 2020, Manaus.

SANTOS, Regina Helena Vieira. **Rua São Bento: um fragmento da cidade de São Paulo que registra as transformações e persistências na paisagem urbana.** 2008. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-03052010-145331/publico/ReginaHelena_diss.pdf>.

_____. **Rua São João: o boulevard paulistano da Primeira República (1889-1930).** 2017. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SCIFONI, S. Nito, M. **O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão.**

SCIFONI, Simone. **Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo?** Educação & Sociedade, Campinas, v. 43, e255310, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.255310>> Acesso em 15 de junho de 2024.

SILVA, Daiane Mavian da; OLIVEIRA, Rosana Nogueira de; WALKOWSKI, Marinês da Conceição; PERINOTTO, André Riani Costa. **A Reputação online da Festa das Flores e Morangos de Atibaia, São Paulo, Brasil.** RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 225–248, 2023. DOI: 10.28998/10.28998/RITURritur.V13.N2.A15200pp.225-24815200. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/15200>> . Acesso em: 03 maio. 2025.

VIEIRA, L. R. **Registro e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil.** Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/ CONLEG/Senado, Setembro/2016 (Texto para Discussão nº 211). Disponível em: <https://rubi.casarui-barbosa.gov.br/xmlui/bitstream/handle/20.500.11997/16723/TD211.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 27 de maio de 2025.

VOGEL, Lilian. **As Festas de Fé da Região Entre Serras.** Atibaia, SP: Ed. do autor, 2007.

LISTA DE FIGURAS

p.11 Figura 1: Mapa de Atibaia e municípios vizinhos, com destaque para o centro histórico. Base cartográfica fornecida pela Prefeitura de Atibaia. Elaboração própria, 2025.

p. 11 Figura 2: Núcleo central. Croquis das estradas de rodagem. Fonte: Museu João Batista Conti.

p.12 Figura 3: Vista aérea da Rua José Lucas e seu entorno. Google Earth. Imagem de 2025.

p.15 Figura 4: *Vista de Atibaia*, Campos Ayres, 1828. Fonte: Acervo do Museu Paulista.

p.15 Figura 5: Vista Panorâmica da Cidade, 1911, Benedito Calixto. Fonte: Clube União Recreativo de Atibaia.

p. 17 Figura 6: Planta Geral de Atibaia em 1800. Fonte: Museu João Batista Conti.

p.17 Figura 7: Atibaia em 1900. Fonte: Museu João Batista Conti.

p.19 Figura 8: Planta da cidade de Atibaia. 1936. Fonte: Museu João Batista Conti.

p.19 Figura 9

p.20 Figura 10: “Vista aérea do centro de Atibaia”. Fonte: Google Earth. Vista aérea da Rua José Lucas, Atibaia/SP. Imagem de 2025.

p.21 Figura 11: Leito carroçável da rua ainda em terra batida. Fonte: Museu João Batista Conti.

p.21 Figura 12: Vista da Rua José Lucas, olhando para a Igreja do Rosário. Fonte: Autoria própria. 2024.

p.22 Figura 13: Periódico A Noite. 05 de agosto de 1938. Edição 09513. Disponível em Hemeroteca Digital.

p.23 Figura 14: Leito carroçável da rua ainda em terra batida. Fonte: Museu João Batista Conti.

p.23 Figura 15: Início do calçamento. Fonte: Museu João Batista Conti.

p.24 Figura 16: Leito carroçável em paralelepípedo, destaque para as congadas e para o andaime na reforma de uma edificação. Fonte: Museu João Batista Conti.

p.25 Figura 17: Rua José Lucas, destaque para a fiação. Fonte: Grupo Ruas de Atibaia. Publicado em 16 de fevereiro de 2025.

p.25 Figura 18: Vagas de estacionamento na Rua José Lucas. Fonte: Grupo Ruas de Atibaia. Publicado em 02 de fevereiro de 2024.

p.27 Figura 19: antigas casas que se tornaram estabelecimentos comerciais. Fonte: Autoria própria. 2025.

p.28 Figura 20: Mapa de Uso do Solo. Autoria própria. Base concedida pela Secretaria de Mobilidade da Prefeitura de Atibaia.

p.31 Figura 21: Sobrado Júlia Ferraz. Século XX. Fonte: Grupo “Ruas de Atibaia”. Publicado em 18 de maio de 2024.

p.31 Figura 22: Sobrado Júlia Ferraz, anos 2000. Fonte: Atibaia Mania. Acesso em abril de 2025.

p.33 Figura 23: Sobrado Júlia Ferraz com escoramento. Fonte: Grupo Ruas de Atibaia. Publicado em 18 de maio de 2024.

p.33 Figura 24: Sobrado Júlia Ferraz. Autoria própria, 2025.

p.34 Figura 25: Hotel Municipal, século XX. Fonte: Museu João Batista Conti.

p.35 Figura 26: Centro Cultural André Carneiro. Autoria própria, 2025.

p.36 Figura 27: Ônibus de Joanópolis ao lado da rodoviária. Ao fundo, a Igreja da Matriz. Fonte: Grupos “Ruas de Atibaia”. Publicado em 04 de maio de 2023.

p.37 Figura 28: A estação rodoviária. Fonte: Grupos “Ruas de Atibaia”. Publicado em 18 de maio de 2023.

p.37 Figura 29: Comércio no local da antiga estação rodoviária. Fonte: Autoria própria. 2025.

Figura 30 - não há.

p.38 Figura 31: No canto direito, construção anterior a sede do Banco Mercantil de São Paulo. Fonte: Museu João Batista Conti

p.39 Figura 32: O Banco Mercantil. Fonte: grupo “Ruas de Atibaia”. Publicado em 07 de março de 2023.

p.39 Figura 33: O prédio atualmente, disponível para venda. Fonte: autoria própria. 2025.

p.40 Figura 34: Prefeitura Municipal. Inspeção Sanitária do Município de Atibaia – Volume II.

p.41 Figura 35: O prédio atualmente. Autoria própria, 2024.

p.42 Figura 36: Agência dos Correios, 1930. Grupo Ruas de Atibaia.

p.43 Figura 37: Comércio no local de uma antiga casa. Autoria própria. 2025.

p.44 Figura 38: Conjunto de edificações em destaque. Fonte: Museu João Batista Conti.

p.45 Figura 39: Comércio local. Autoria própria. 2025.

p.46 Figura 40: Fachada em ruínas. Autoria própria. 2025.

p.47 Figura 41: Fundo do lote da casa em ruínas. Autoria própria. 2025.

p.47 Figura 42: Pet shop. Autoria própria. 2025.

p.50 Figura 43: Fachada da rua. Autoria própria.

p.50 Figura 44: Fachada da rua. Autoria própria.

p.54 Figura 45: Montagem com edificações. Fonte: Autoria própria. 2025.

p.55 Figura 46: Fotografia histórica da Casa Paroquial. Fonte: Museu João Batista Conti.

p.55 Figura 47: Casa Paroquial com pintura atual. Fonte: Autoria própria. 2025.

p.56 Figura 48: Placas comerciais. Fonte: Autoria própria. 2025.

p.57 Figura 49: sombra feita pelo edifício de 12 pavimentos, na lateral direita, a Igreja do Rosário. Fonte: Google Earth. 2025.

p.58 Figura 50: Na esquina da lateral direita, edificação de um pavimento, no local do edifício de 12 pavimentos. Ao fundo, a Igreja da Matriz. Fonte: Museu João Batista Conti.

p.58 Figura 51: Na esquina da lateral direita, o edifício de 12 pavimentos. Ao fundo, a Igreja da Matriz. Fonte: Autoria própria. 2025.

p.59 Figura 52: Volumetrias disponíveis no site CadMapper.

p.59 Figura 53: Volumetria realizada. Autoria própria.

p.60 Figura 54: Volumetria dos edifícios. Autoria própria. 2025.

p.67 Figura 55: À esquerda, o Rei do Congo em 1888 com manto e cetro presenteados pelo rei de Portugal. À direita, reis escolhidos na congada de Atibaia. Fonte: Museu João Batista Conti.

p.69 Figura 56: Festa de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Acervo online Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

p.69 Figura 57: Festa de Nossa Senhora do Rosário atual. Fonte: Atibaia Mania. Acesso em maio de 2025.

p.70 Figura 58: Cantiga das Congadas. Fonte: Conti, 2001.

p. 71 Figura 59: Congada Vermelha e Rosa de Atibaia.

p.71 Figura 60: Congada Azul de Atibaia.

p.71 Figura 61: Congada Verde de Atibaia. Fonte: Museu João Batista Conti

p.72 Figura 62: Congadas. Fonte: Museu João Batista Conti

p.74 Figura 63: Bandeira e mastro. Fonte: Museu João Batista Conti.

p.74 Figura 64: Bandeira e mastro. Fonte: Museu João Batista Conti.

p.74 Figura 65: Levantamento dos mastros. Fonte: Museu João Batista Conti.

p. 75 Figura 66: Levantamento dos mastros. Atibaia Mania.

p.77 Figura 67: Cavalhadas na Rua José Lucas. Ao fundo, a Igreja do Rosário. Fonte: Grupo Atibaia Viva.

p.77 Figura 68: Cavalhadas em 2022. Ao fundo, a Igreja do Rosário. Fonte: O Atibaiense.

p.79 Figura 69: Procissão de Corpus Christi. Fonte: Museu João Batista Conti. João Batista Conti.

p.81 Figura 71: Procissão de Corpus Christi. Fonte: Atibaia Mania.

p.81 Figura 72: Procissão de Corpus Christi em 2025. Autoria própria.

p.83 Figura 73: Primeiro registro do bonecão em Atibaia, em rua paralela a José Lucas, a Rua José Alvim. Fonte: Museu João Batista Conti.

p.85 Figura 74: Bonecões de Atibaia. Ao fundo, sobrado Júlia Ferraz. Fonte: Prefeitura de Atibaia.

p.85 Figura 75: Carnaval com marchinhas em Atibaia. Fonte: Prefeitura de Atibaia.

p.87 Figura 76: Festival Bon Odori. Fonte: Portal da Cidade.

